



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

JOSÉ ANTÔNIO GUILHERME JUNIOR

REPRODUÇÃO CAMPONESA EM ÁREA DE ASSENTAMENTO NA AMAZÔNIA:
Um estudo no Assentamento João Batista II, Castanhal- Pará

BELÉM
2013

JOSÉ ANTÔNIO GUILHERME JUNIOR

**REPRODUÇÃO CAMPONESA EM ÁREA DE ASSENTAMENTO NA AMAZÔNIA:
Um estudo no Assentamento João Batista II, Castanhal- Pará**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Gestão Urbana e Regional

Orientador: Prof. Dr. João Santos Nahum

**BELÉM
2013**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA-Belém-PA**

Guilherme Junior, José Antônio, 1982-

Reprodução camponesa em área de assentamento na Amazônia: um estudo no Assentamento João Batista II, Castanhal – Pará / José Antônio Guilherme Junior. - 2013.

Orientador : João Santos Nahum.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2013.

1. Produtividade agrícola Castanhal (PA). 2. Camponeses Castanhal (PA) 3. Uso do Solo Castanhal (PA). 4. Estrutura Social Castanhal (PA). 5. Pará, Nordeste. I. Título.

CDD 22. ed. 338.1098115

I. Título

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSÉ ANTÔNIO GUILHERME JÚNIOR

**Reprodução camponesa em área de assentamento na Amazônia: um estudo
no Assentamento João Batista II, Castanhal - Pará**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Gestão Urbana e Regional

Orientador: Prof. Dr. João Santos Nahum

Dissertação defendida e aprovada, em _____ de _____ de _____

Prof. Dr. João Santos Nahum
Orientador, PPGeo/IFCH/UFPa

Prof. Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo
Examinador Interno, PPGeo/IFCH/UFPa

Prof. Dr. Gilberto de Souza Marques
Examinador Externo

DEDICATÓRIA

Dedico ao primeiro camponês, que em sua sabedoria espontânea, disse não! Fugiu, migrou, lutou, permaneceu isolado, porém muito bem acompanhado dos seus. Famílias, clãs, comunidades, pessoas, homens e mulheres que trabalham, batalham e vivem. Dedico a primeira bandeira vermelha, levantada por mãos calejadas e cansadas de tanto esperar. Às populações amazônicas e ao seu “verde” colorido, por estórias e saberes.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, único e verdadeiro mestre. Aos meus pais Guilherme e Valdênia, pelo apoio e pelo o amor incondicional, demonstrados a cada “bom dia” e “Deus abençoe” do café da manhã. Aos meus irmãos Cláudio e João Batista, bem como minhas irmãs Roseane e Francizélia, pela paciência e pelo amor fraternal. À minha avó Zélia (*in memorian*), que tanto carinho dedicou a toda nossa família, mesmo que à quilômetros de distância. Ao meu orientador João Santos Nahum, pela compreensão e seriedade nas orientações. Agradeço aos meus amigos, que acompanharam minha ansiedade, antes, e minha alegria, depois de passar na seleção do mestrado: vocês sabem como esse processo foi conturbado! Aos amigos, Leandro, Claudemir, Tarcia, Simone, Renilton (educador Campesino) e João, filósofo que ensina vivendo e vive ensinando! Aos amigos de profissão, Pablo, Renato e Ricardo, geógrafos que me ajudam a entender um pouco mais do meu mundo. Aos amigos de longas cumplicidades adolescentes, Samuel, Celso, Pedro, Marcos, Dênis, Carlos, Jota, Diney, Welton, Ciro, Diogo, Iram, Nélio, Silvano (*in memorian*).

Aos novos companheiros de pesquisa e vivência no assentamento, Marcelo Russo (Bolchevic da academia), Tabita, Jacson, Wanderley, Raquel, Amanda, Manuele e Nestor. Gostaria de agradecer ao técnico da EMATER, Elvis, pela ajuda no início da pesquisa. Agradeço aos meus colegas de trabalho, do colégio São José, pela preocupação e pelo apoio com o andamento da dissertação, especialmente Nayana pelas correções gramaticais. Agradeço à geógrafa e amiga Tabila, pela confecção dos mapas deste trabalho. Agradeço à todos os assentados, que de forma muito cordial me receberam em suas casas e lotes, muitas vezes atrasando alguns afazeres para conceder a entrevista. Em especial, gostaria de agradecer à Sebastião, Márcio, Manu, Nestor, Duci, Áurea e Lisboa. À minha turma de Geografia 2004 manhã, e ainda, a Geografia 2004 noite, Matheus, Diego, Fernando, Gilson, Leonardo, Cyntia, Luzivam, Frank, Juci, Amandinha, Ebersson, enfim todos. Agradeço ao PPGEIO e à minha turma de 2011 pelas discussões e aprofundamento teórico. Agradeço aos professores Wiliam e Bordalo, pelas considerações na ocasião da qualificação.

RESUMO

Nossa pesquisa enfoca a reprodução camponesa em área de assentamento rural na Amazônia. Como estudo de caso elegeu-se o Assentamento João Batista II, localizado no município de Castanhal, estado do Pará, sendo este o mais antigo organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, na mesorregião do nordeste paraense. O objetivo geral da pesquisa é analisar a reprodução camponesa na Amazônia, entendendo que este processo se dá na construção do território. Para melhor estruturar nossa investigação, foram escolhidas as variáveis: atividades produtivas e organização social, compreendendo-as como parte de ações que compõem a reprodução dos camponeses. Aspectos como: endividamento, pobreza natural do solo, dificuldades de comercialização e disputas políticas no interior do assentamento, têm se constituindo como fatores que limitam a reprodução sócioespacial dos camponeses no Assentamento João Batista II.

Palavras-chave: reprodução camponesa, mesorregião do nordeste paraense, Atividades produtivas, organização social.

ABSTRACT

Our research focuses on the peasant reproduction in a rural area in the Amazon. The João Batista II settlement, localized in the city of Fortaleza Pará state, was elected as a case study, being the oldest settlement organized by the Movement of Landless Rural Workers in the middle region of the northeastern Pará. The general objective of this research is to analyze the peasant reproduction in the Amazon, understanding that this process happens in the construction of the territory. To better structure our research it were chosen the variables: production activities and social organization, understanding them as part of actions that make up the peasant reproduction. Aspects such as: debt, natural poor soil, commercialization difficulties and political disputes within the settlement, have been constituted as factors that limits the sociospatial peasant reproduction in settlement João Batista II.

Keywords: peasant reproduction, middle region of the northeastern Pará, productive activities, social organization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 01 – ACAMPADO BALEADO NA FAZENDA BACURÍ.....	53
FIGURA 02 - MANIFESTAÇÃO NO ACAMPAMENTO JOÃO BATISTA II.....	54
FIGURA 03 – DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS ACAMPAMENTOS JOÃO BATISTA II.....	59

FOTOS

FOTO 01 - ÁREA DE CAPIM NO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II.....	46
FOTO 02 - PALMEIRA QUE MARGEIA A ENTRADA DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II.....	48
FOTO 03 - RAMAL DE ACESSO AO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II.....	48
FOTO 04 - IGREJA EVANGÉLICA DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II.....	45
FOTO 05 – IGREJA CATÓLICA DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II.....	45
FOTO 06 - ACAMPAMENTO JOÃO BATISTA II, ANO DE 1998.....	55
FOTO 07 - ÁREA DE PASTO NO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II.....	60
FOTO 08 – LOTES DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II.....	71
FOTO 09 - ÔNIBUS DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II EM UM DOS PONTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.....	73
FOTO 10 - PRODUTOS TRANSPORTADOS NO INTERIOR DO ÔNIBUS DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II.....	74

GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - NÚMERO DE SEM-TERRA QUE PARTICIPARAM DAS MOBILIZAÇÕES, ACAMPAMENTO E ASSENTAMENTO NO PERÍODO DE 1998 A 2001.....	56
--	----

MAPAS

MAPA 01 - MICRORREGIÃO DE CASTANHAL.....	43
MAPA 02 –LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II.....	45

QUADROS

QUADRO 01 - SÍNTESE DE INFORMAÇÕES SOBRE AS ENTIDADES DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II.....	80
---	----

TABELAS

TABELA 01 — TIPOS DE SOLOS DO ASSENTAMENTO, CARACTERÍSTICAS E USO ATUAL.....	60
---	----

LISTA DE SIGLAS

APROCJOB – Associação dos Produtores Rurais do Assentamento João Batista II

ACAJOB – Associação Comunitária do assentamento João Batista II

CAP – Centro Agropecuário

COOPAP – Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Comercialização e Industrialização do Nordeste do Pará

DRP – Diagnóstico Rápido Participativo

EMATER-PA – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pará

FETRAF- Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério de Desenvolvimento da Agricultura

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEAF – Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar

ONG – Organização Não Governamental

PA – Projeto de Assentamento

PDA – Projeto de Desenvolvimento do Assentamento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RMB- Região Metropolitana de Belém

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I: FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS: CAMPESINATO, TERRITÓRIO E REPRODUÇÃO SÓCIOESPACIAL.....	25
2.1. O CAMPESINATO: ALGUNS ASPECTOS CONCEITUAIS.....	27
2.2. O CAMPESINATO E O USO DO TERRITÓRIO.....	32
2.3. REPRODUÇÃO SÓCIOESPACIAL.....	35
CAPÍTULO II: FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II	42
2.1. ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO PARA FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II.....	48
2.2. OCUPAÇÃO DA FAZENDA TANARI.....	51
CAPÍTULO III: DESAFIOS PARA REPRODUÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II, PROCESSOS ATUAIS.....	61
3.1. ATIVIDADES PRODUTIVAS.....	62
3.2. ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICE	93
ANEXO.....	97

INTRODUÇÃO

Ao viajar pela BR-316, no sentido do município de Castanhal ao município Santa Maria, no Estado do Pará, encontramos, no quilômetro 12, a entrada do Assentamento João Batista II. Ao longo de 8 quilômetros de estrada de piçarra, observamos uma paisagem composta de algumas fazendas, cuja produção predominante é a pecuária bovina e o cultivo de grama. A primeira visita ao assentamento ocorreu juntamente com um grupo de pesquisa da Faculdade de Educação Física - Formação de Educadores para o Esporte e Lazer em área de Reforma Agrária¹- em janeiro de 2011.

A experiência foi marcante, tendo em vista os rigores do clima amazônico, isto porque em meio a uma chuva torrencial, vencemos os oito quilômetros de estrada, chegando ao assentamento depois de cinquenta minutos. A precariedade da via de acesso foi sentida ao longo do percurso, em razão dos inúmeros buracos. Um trecho em especial chamou a atenção, pelo intenso processo erosivo, posto que, nas proximidades da comunidade do Bacuri, a estrada corta um córrego conhecido como “igarapé do Bacuri”.

O início do assentamento é delimitado por uma palmeira que está à margem da estrada. Desse ponto em diante, o que se vê são pequenos ramais conectando a estrada aos lotes. Ao chegar à agrovila do assentamento encontramos um símbolo que nos evidencia o processo de mobilização e conquista da terra, qual seja: a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), hasteada em frente à Escola Roberto Remige.

O contato visual com a agrovila do João Batista II nos causou certo “estranhamento”, visto que, vínhamos com uma visão “romantizada” dos assentados. A paisagem composta por casas de alvenaria, antenas parabólicas, algumas janelas e portas protegidas por grades de ferro, nos alertou para a diversidade social do assentamento. A temática da dissertação é fruto de nosso interesse pela geografia agrária, fato que nos levou a observar a realidade no município que residimos. O Assentamento João Batista II povoa o imaginário coletivo da cidade de Castanhal, pela sua longa história de quase quinze anos de existência.

¹ Grupo faz parte do projeto de extensão ligado a Universidade Federal do Pará (UFPA), campus Castanhal.

O enfoque analítico privilegiou um dos mais ricos personagens do meio rural: o camponês, com suas práticas socioespaciais de reprodução. A pesquisa desta dissertação tem como núcleo central a reprodução sócioespacial camponesa em assentamentos rurais na Amazônia, assunto que será mais bem explanado no capítulo I. Como pressuposto analítico considera-se os termos assentado e camponês como sinônimo. Neste sentido, é válido pontuar que o campesinato, guardando uma variedade conceitual de sujeitos enquadrados nesse conceito é, para este trabalho, um ator social que tem na família sua principal força de trabalho e na terra seu mais importante meio de produção, cujo objetivo é a reprodução de seu modo de vida e não a acumulação do capital, tal conceito fundamenta-se principalmente nos trabalho de Wanderley (1996).

Deste modo, nossa análise aponta para necessidade de investigar as relações que estruturam o camponês, perpassando pela investigação de seu território *lócus*, de suas práticas cotidianas. Fizemos um estudo de caso no Assentamento João Batista II, dada a importância que este território exerce na mesorregião do nordeste paraense, sendo o mais antigo assentamento sobre orientação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nessa mesorregião, na qual, foram assentadas 157 famílias.

Os objetivos da pesquisa são identificar, caracterizar e analisar os desafios para reprodução sócioespacial camponesa, entendida como a potencialidade de recriação econômica e politicamente, em assentamentos rurais na Amazônia. A análise se sustentou em duas variáveis: das atividades produtivas e a organização social. Elas serão explicadas de forma mais descritiva nos parágrafos subsequentes e retomadas de forma mais analítica no capítulo III.

O assentamento é fruto da ocupação da fazenda Tanari², promovida pelo MST, em 15 de novembro de 1998. Seu nome homenageia o ativista social e Ex-deputado estadual paraense, João Batista, morto em frente à sua família, em um atentado na cidade de Belém (Batista, 2009).

Esta pesquisa foi motivada pela necessidade de se investigar o processo de reprodução camponesa em um assentamento rural na Amazônia, dando ênfase a duas variáveis estruturantes, que são: atividades produtivas e organização social dos assentados. O recorte temporal abrange quatorze anos, visto que procurou-se

² A Fazenda Tanari também é conhecida pelos assentados como Fazenda Bacurí.

investigar os processos iniciais de mobilização, acampamento e posterior assentamento, no intervalo de 1998 a dezembro de 2012.

A literatura sobre o campesinato é extensa, não existindo consenso na definição desse sujeito social. A proposta, no entanto, parte da premissa de que os camponeses são grupos sociais, em constantes transformações, que têm como principal meio de produção a terra, utilizando, majoritariamente, a mão de obra familiar no trabalho e na organização da produção, sendo que o objetivo principal é a reprodução de seu modo de vida. Em função da concentração de terra, traço marcante da estrutura fundiária brasileira, o “chão” nem sempre é conquistado.

Destarte, os camponeses se lançam na luta por terra e na busca por permanecer com suas gerações no campo. Sendo assim, consideramos nesta dissertação, o camponês como modo de vida e como classe social. E para esse entendimento, fundamentamo-nos nos seguintes autores: Chayanov (1981), Shanin (2005), Shanin (2008), Wanderley (1996), Fernandes (2001), Fernandes (2008), entre outros.

O campesinato abrange uma diversidade de usos do território baseadas na relação de trabalho familiar e nas formas distintas de acesso a terra, tais como: assentado, posseiro, parceiro, forreiro, arrendatário e pequeno proprietário. Essas formas de apropriação garantem a reprodução desses sujeitos em contextos variados e em contato com diversos atores. Já os elementos que sintetizam os camponeses são assim elencados por Wanderley (1996): o trabalho na terra a centralidade do papel na família na organização da produção, juntamente com a constituição de um modo de vida específico, que são marcas dos camponeses brasileiros.

Segundo Shanin (2008), dois elementos têm marcado a vida camponesa nos séculos XX e XXI. O primeiro é a influência de não camponeses em ações que podem resultar no processo de criação e recriação do campesinato. O autor se refere às políticas de redistribuição fundiária como a criação de assentamentos rurais, cuja consequência é a inserção de diversos sujeitos na dinâmica produtiva e de vivência camponesa. Tal fato permite a recriação dessas coletividades rurais. O segundo elemento, também relacionado ao primeiro, é a flexibilidade de encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida, mesmo em momentos de crise. As

respostas camponesas dadas às adversidades são importantes lições, que esses atores podem deixar para os “não camponeses”.

Um caminho referencial, criado para investigar a reprodução camponesa, foi desenvolvido por Chayanov (1981), que buscou entender o funcionamento da economia camponesa a partir de referências específicas destas organizações. Como destaca o supramencionado autor, em uma economia natural camponesa a atividade econômica humana é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que é ao mesmo tempo unidade de consumo. Dessa forma, o objetivo da economia camponesa seria reproduzir seu modo de vida e não da acumulação capitalista. Essa especificidade não implica o isolamento, pois, em grande medida a reprodução camponesa é construída no contato com o todo social.

A formação do campesinato paraense, segundo Hébette (2004), tem ligações com a manifestação de duas ações de resistência popular. A primeira são os quilombos, que se formaram com a fuga de negros refugiados em áreas distantes da capital, onde ainda havia terras desocupadas. A segunda ação, que contribuiu na formação deste campesinato, foi a Cabanagem, movimento popular fortemente massacrado pelas tropas legalistas do império. Ainda segundo esse autor, no nordeste paraense, a formação de um campesinato estável decorreu da vinda de nordestinos, que fugindo da seca, migraram para a Amazônia encontrando frentes de trabalho nos seringais e na Estrada de Ferro Belém-Bragança. E, assim, muitos vilarejos surgiram a partir das paradas do trem, incluindo a cidade de Castanhal.

A análise desta dissertação versa sobre um tipo de campesinato amazônico, que ocorre como resultado da ação dos movimentos sociais e da regulamentação fundiária do Estado, os assentados de reforma agrária, esses sujeitos são assim definidos por Hébette e Abelém (2004):

é camponês-trabalhador rural, uma pessoa cuja identidade é ligada à convivência familiar e de vizinhança; um lavrador em busca de terra que, num processo de intensa mobilidade espacial e profissional, deve frequentemente abrir mão de sua profissão para sustentar sua família e se reproduz como camponês, obrigado a passar pelas mais variadas formas de relações sociais agregado, encostado, arrendatário, diarista, peão, para chegar um dia a permanecer dono da terra - posseiro ou proprietário. (HÉBETTE; ABELÉM, 2004, p.225)

Nos estudos realizados sobre assentamentos rurais na Amazônia, algumas problemáticas têm sido recorrentes, dentre elas destacam-se: a luta contra a expropriação capitalista, a precariedade infraestrutural, o acesso e a gestão do crédito agrícola, os conflitos internos, a atuação dos movimentos sociais e a organização social e espacial dos assentamentos. Comentaremos alguns trabalhos sobre assentamentos rurais na Amazônia paraense, no sentido de contextualizar empiricamente nossa pesquisa.

Soares (2008) enfoca a dinâmica socioambiental em área de assentamento de reforma agrária na Amazônia, buscando compreender a discrepância entre a proposta de reforma agrária direcionada pelo estado brasileiro e os processos de reprodução das famílias assentadas. Nesse sentido, o autor identifica que o desrespeito à questão ambiental nas áreas de assentamento é consequência da falta de recursos e infraestrutura naqueles espaços. A extração dos recursos naturais é, na maioria das vezes, a principal alternativa de reprodução social dos camponeses assentados.

Menezes (2002), estudando dois assentamentos paraenses, aponta para a necessidade de se computar a “produção invisível”, ou seja, produtos e matérias-primas extraídos da natureza, como elemento de fortalecimento econômico dos agricultores familiares. As realidades apresentadas mostram que o extrativismo apresenta-se, em grande medida, como condição para reprodução social dos camponeses.

Monteiro (2004) analisou a inserção de novas práticas produtivas, a partir do modelo agroindustrial, no Assentamento Palmares (PA). De acordo com o autor, tais práticas têm gerado mudanças na organização da produção, bem como a passagem da produção coletiva à produção individualizada. Como consequência, diversos conflitos no gerenciamento da produção, e mesmo da gestão do assentamento, foram identificados na pesquisa.

Abe (2004) apresenta os limites e as possibilidades da implementação do coletivismo como elemento da utopia camponesa em um assentamento rural – Mártires de Abril – sobre influência do MST. Esse processo é apreendido nas representações sociais, na organização social, econômica e política dos assentados. Nesse ínterim, a presente pesquisa, de certa forma, tem proximidade com os exemplos mencionados, ao passo que também buscamos investigar alguns

elementos da organização da produção. No entanto, a ferramenta analítica é o uso do território, ou seja, as práticas camponesas de reprodução econômica e social que estruturam seu espaço.

Bringel (2006), tomando como estudo de caso o Assentamento Palmares II, no município de Parauapebas, identifica, nas trajetórias de vida as construções de identidades camponesas em uma área com forte componente migratório. Neste sentido, o autor examinou como se constrói a identidade camponesa, resgatando quatro dimensões constituintes: migração, família, trabalho e educação.

Ainda no contexto da Amazônia, Macedo (2006) investiga o processo de diferenciação social camponesa a partir da reconstrução histórica na conquista dos assentamentos e no entendimento dessas realidades. E considera como variáveis: a produção, a organização política, a sociabilidade e a diferenciação social. Ainda segundo a autora, esses são elementos que contribuem para o entendimento da organização interna dos assentamentos. Essa explanação se faz importante entender, haja vista que esta dissertação também fará uma descrição da formação do assentamento, entretanto, nosso foco não será a conformação de identidades (ainda que sejam importantes), mas a identificação da organização social e das práticas produtivas no Assentamento João Batista II.

Costa (2007), em uma análise sobre o nordeste paraense, investigou a inadimplência em relação ao crédito rural em áreas de assentamento, tendo como um dos instrumentos metodológicos a utilização do modelo de regressão logística ou modelo logit. Segundo este autor, as variáveis que mais contribuem para a inadimplência são: gênero, ocorrendo um predomínio no sexo masculino, escolaridade, tendo em vista a maior incidência entre os trabalhadores com baixo índice de escolaridade, renda mensal e os meios de comercialização da produção. Dessa maneira, o processo de endividamento limita a reprodução econômica dos camponeses, porque atinge diretamente a produção.

A situação geográfica dessa pesquisa focaliza o Assentamento João Batista II, cuja origem remonta uma ocupação promovida pelo MST, no ano de 1998. Alguns trabalhos desenvolvidos sobre o assentamento têm apresentado certa recorrência às temáticas ligadas à educação e a atuação do MST. Dentro dessa vertente, destacamos os autores: Santos (2011), que evidencia a materialização da formação continuada de educadores ligados ao movimento, Lima (2007) o qual enfatiza os

saberes vinculados à prática educativa no assentamento e Ferreira *et al* (2011), que estuda a formação de educadores para o esporte e lazer em área de reforma agrária.

Maria Duarte (2011), em um estudo comparativo, identifica por meio da mobilidade do trabalho, a construção de uma cartografia social do assentamento. Ela frisa ainda, que a população do assentamento é composta por trabalhadores de diversas partes do Estado do Pará (13 cidades) e outras regiões brasileiras, dentre elas: Nordeste, Sudeste e Sul. Além da variedade em termos de origem dos trabalhadores, é possível perceber uma intensa mobilidade profissional, visto que muitos assentados exerceram diversas atividades antes de conquistar o lote. A pesquisa desta dissertação, também realizará um estudo do processo de formação do assentamento, todavia, o enfoque central não se restringe a identificação da origem dos assentados, e sim em identificar elementos da reprodução camponesa nos primeiros passos do assentamento, destacando as variáveis organização social e atividades produtivas.

Mendonça (2004) ao fazer um estudo comparativo mostra-nos como a forma de apropriação (coletiva ou individual) influencia na organização espacial do assentamento, bem como na sua relação com o mercado. Em seu estudo, realizado no Assentamento João Batista II, a tendência de maior estabilização foi identificada no modelo de apropriação coletivo, visto que a produção individualizada teve menores rendimentos, conforme evidencia-nos este estudioso.

A realidade da produção coletiva, nesse assentamento, também é retratada nas pesquisas de Araújo (2005). Ela analisa os sistemas coletivos e semicoletivos sobre a influência do MST. De acordo com esta autora, as formas de organização do trabalho, com ênfase no trabalho coletivo, proporcionam maiores ganhos aos assentados, pois garantem maior produtividade do trabalho e melhores preços na comercialização. O contexto estudado pelos dois autores supracitados mudou de forma substancial, visto que a realidade vivenciada no assentamento em 2005 é completamente distinta da vivenciada em 2011, quando iniciou-se a pesquisa desta dissertação, os relatos de técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/CASTANHAL) e de lideranças do MST, apontam para as mudanças, principalmente a situação de endividamento da maior parte dos assentados.

O contexto atual do assentamento impulsiona a segunda parte da pesquisa, o tempo presente, no qual buscamos entender quais os desafios para a reprodução camponesa após o financiamento que iniciou em 2000, e qual a realidade atual de 2012. A problemática deste trabalho se estrutura no entendimento do processo de reprodução sócioespacial camponesa, tendo como dimensões fundamentais as atividades produtivas e a organização social. Deste modo, temos como questão central: Sob que condições e possibilidades ocorrem a reprodução sócioespacial dos camponeses no território do Assentamento João Batista II?

Para problematizar a questão principal necessita-se explicar a escolha das variáveis: atividades produtivas e organização social. Para mostrar como se chegou nesta primeira variável, descreveremos um pouco do quadro social encontrado no assentamento, na ocasião dos levantamentos iniciais. No contato visual podemos observar uma paisagem rural com predominância de capim, havendo em alguns lotes a atividade da pecuária bovina e agricultura.

Nos primeiros levantamentos, realizados por meio de trabalhos de campo, foram constatados que os pequenos rebanhos, ou são propriedades dos assentados, ou de fazendeiros, que alugam o pasto para engorda de seus animais. Esse dado nos levou a questionar: quais atividades produtivas os camponeses têm desenvolvido no assentamento para manutenção de sua família? Tal interrogativa explica-se pelo fato de percebermos certo “abandono” de alguns lotes. Outra questão que nos ocorreu foi: qual a situação da terra?

A resposta, a essa última questão, veio de um agricultor: *a terra está cansada!* De acordo com ele, é difícil produzir na área, uma vez que a terra não seria boa. Consultamos o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e verificamos que ele reafirma essa informação, ao apresentar algumas possíveis razões, sendo elas: a baixa fertilidade natural do solo, o grande processo erosivo e intensa ação de degradação dos recursos naturais.

No local onde atualmente é o assentamento, desenvolveu-se, desde meados de 1950, a implantação de roças, sendo que, os agricultores, que na sua quase totalidade eram nordestinos utilizavam a técnica do corte e queima para “limpar” a área e construir suas roças. Esse sistema de cultivo expõe o solo a intenso processo de lixiviação, que pode resultar na diminuição da matéria orgânica. Somado a essa questão, a região comportou, pelo menos por trinta e oito anos, a pecuária

extensiva. Diante desta realidade, uma terra extremamente desgastada, o trabalho com agricultura exigiria correção e recuperação do solo, bem como, utilização de adubo para garantir a produção. Deste modo, outro questionamento nos ocorreu: quais as condições financeiras dos assentados?

Constata-se certa dificuldade, no que tange essa questão, visto que, segundo informações de lideranças das associações e de técnicos da EMARTER, praticamente a totalidade dos assentados encontra-se endividada. Esse fato se agrava, se considerarmos que os empréstimos foram tomados no sistema coletivo, isto é, o financiamento veio para os dezenove núcleos de famílias e os recursos foram aplicados em projetos coletivos.

Assim sendo, como a dívida ainda não foi individualizada, mesmo os assentados, que podem pagar, não conseguem quitar sua parte. Somente os “novos” assentados - beneficiários que ingressaram no assentamento depois do financiamento – é que não estão endividados. Essa situação entre os camponeses foi decorrente dos empréstimos nos primeiros projetos produtivos, desenvolvidos na área, sendo estes constituídos por: lavoura branca, açaí irrigado e gado leiteiro e de corte.

Uma terceira dificuldade apontada pelos camponeses é a ausência de assistência técnica, pois, segundo seus relatos, desde os primeiros projetos o acompanhamento técnico tem sido ineficiente. No caso do gado, a má qualidade dos animais selecionados e vendidos, gerou prejuízos aos assentados, que também não conseguiram êxito com o projeto do açaí irrigado. Nesse último caso, as mudas foram plantadas e a estrutura para viabilizar a produção, principalmente a energia elétrica, que só chegou aos lotes três anos depois.

O último elemento percebido foi a venda e o aluguel de lotes, este quarto problema foi dos mais difíceis de identificação, pois muitos entrevistados relutavam em entrar no assunto temendo se indispor com algum membro do assentamento, já que esta é uma prática ilegal, segundo representantes do INCRA.

O quadro identificado não impossibilita, completamente, a reprodução sócioespacial dos camponeses no assentamento, no entanto, impõe algumas restrições, principalmente do ponto de vista da produção. Os problemas apontados nos levaram a refletir a respeito de como esses sujeitos sociais têm feito para produzir, cultivar e trabalhar na terra. E, sobre essa questão, elegemos a variável

atividade produtiva, buscando identificar, de que forma, o camponês direciona sua força vital, em benefício de sua reprodução no Assentamento João Batista II.

Dessa maneira, duas questões secundárias estão diretamente relacionadas a variáveis atividades produtivas, são elas:

a) Sob que condições e possibilidades são realizadas as atividades produtivas no Assentamento João Batista II?

b) Como se efetiva a inserção do camponês no mercado local?

A segunda variável escolhida foi a organização social dos camponeses. Tal variável se relaciona com a primeira, atividades produtivas, pois, a esfera da produção demanda: recursos, infraestrutura, negociações com Estado e gestão dos conflitos. Assim, como o assentamento tem encontrado dificuldades para se organizar, sobretudo no que diz respeito às entidades de representação coletiva, identificou-se esse elemento como um desafio para reprodução sócioespacial camponesa. Por organização social entendemos a capacidade que os grupos humanos têm de estabelecer cooperações que viabilizem a sobrevivência da coletividade (RAYMOND, *et al.*, 1990)

A organização social no Assentamento João Batista II tem sido direcionada por entidades que por vários anos disputaram a direção política do assentamento. Este processo dificultou a realização de projetos, assim como a gestão dos problemas presentes no assentamento. A fragmentação política pode ser identificada no embate das duas principais associações: a APROCJOB³, essa associação foi a primeira, tendo sido fundada no contexto dos projetos iniciais (2001), estando ligada ao MST. A segunda é a ACAJOB⁴, fundada depois da divisão política dentro do MST (2005), estando atualmente ligada a FETRAF⁵. Uma terceira entidade constituída por um grupo do MST, não satisfeito com a atuação da APROCJOB, foi a COOPAP⁶, cooperativa que ultimamente busca organizar a maior

³ Associação dos Produtores Rurais do Assentamento João Batista II

⁴ Associação Comunitária do Assentamento João Batista II

⁵ Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar

⁶ Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Comercialização e Industrialização do Nordeste do Pará

parte dos camponeses. Acerca dessa discussão nos deteremos mais aprofundadamente no capítulo III.

Diante da fragmentação política identificada, optamos por investigar seus rebatimentos no processo de organização social do assentamento. Nesse sentido desenvolvemos a seguinte hipótese estruturadora: a reprodução sócioespacial camponesa no Assentamento João Batista II, está limitada por fatores ligados as atividades produtivas (degradação do solo, o endividamento, ausência de assistência técnica, adequação ao trabalho coletivo e comercialização) e também fatores vinculados a organização social dos camponeses, porquanto, a fragmentação política protagonizada pelas duas associações e a cooperativa fragiliza os camponeses em sua organização interna.

O objetivo geral do trabalho é analisar os desafios para a reprodução camponesa na Amazônia, tomando como estudo de caso o Assentamento João Batista II. Os objetivos específicos são:

- a) Analisar os desafios para a produção agropecuária no Assentamento João Batista II.
- b) Identificar como ocorre a inserção do camponês no processo de comercialização.
- c) Investigar a forma como os camponeses estão organizados, enfatizando esse processo na atuação das duas associações (APOCJOB e ACAJOB) e da cooperativa do assentamento.

Na coleta de dados secundários foram consultados dissertações e artigos referentes ao objeto de investigação e ao Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), alusivo às informações do histórico e dados socioeconômicos dos assentados. Outro documento investigado foi o Plano de Ação da EMATER, sendo este do período de janeiro a dezembro de 2010.

Para exploração das primeiras informações da pesquisa, desenvolveu-se junto com um grupo de extensão da UFPA, e alguns jovens assentados, uma atividade de reconhecimento da paisagem. Tal atividade foi desenvolvida com os seguintes passos: discussão da categoria paisagem com o grupo, divisão de três equipes, levantamento fotográfico, sistematização e construção de apresentação de

Power point e finalização com a socialização em grupo do levantamento feito. A realização da atividade foi enriquecedora, haja vista que proporcionou uma visão geral do assentamento acrescida dos discursos de alguns assentados.

A coleta de dados primários ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, com diversos atores envolvidos na dinâmica do assentamento. As visitas ao assentamento ocorreram de janeiro a junho e de agosto a setembro, uma vez por semana, geralmente aos sábados, no entanto, algumas visitas foram feitas durante a semana (quartas e sextas normalmente). Nas visitas procurou-se entrevistar de duas a três famílias por vez, dada a dinâmica do instrumento escolhido para coleta de informações, as entrevistas semiestruturadas.

O maior grupo entrevistado foram os assentados, que estão desde o início da ocupação e que possuem algum tipo de produção nos seus lotes. Também foi ouvido o técnico da EMATER, responsável pelo último Plano de Ação desenvolvido no assentamento, no ano de 2010. Como forma de manter o anonimato das fontes, optamos pela utilização da primeira letra dos nomes, nos casos em que ocorreu coincidência utilizamos a letra do sobrenome. Para coleta de dados sobre organização social entrevistamos lideranças do MST e representantes das duas associações APROCJOB e ACAJOB, assim como da COOPAP. As informações nos auxiliaram na investigação sobre a organização dos camponeses no assentamento.

As etapas do estudo em questão organizam-se em cinco partes. Na primeira, esta disposta a introdução. Nela objetivamos expor a problemática, na qual apresentamos, em linhas gerais, as situações de reprodução camponesa em área de assentamento na Amazônia e o quadro que nos ajuda na investigação desse processo. Nessa parte, estão os objetivos, as hipóteses e uma breve descrição da metodologia. O objetivo é evidenciar um panorama geral do trabalho, mostrando seus princípios motivadores e os seus conceitos estruturantes.

Na segunda parte, construímos o primeiro capítulo, intitulado: Fundamentos teórico-conceituais: Campesinato, território e reprodução sócioespacial. O objeto é a apresentação do quadro conceitual da dissertação, destacando os conceitos de campesinato e território usado, como aparato teórico para a investigação da reprodução sócioespacial. O objetivo é fundamentar teoricamente a análise à luz de uma perspectiva crítica e como suporte para a uma pesquisa, que é do tipo qualitativa.

Na terceira parte estruturamos o segundo capítulo, nomeado Formação do Assentamento João Batista II. Tem como objeto a descrição inicial do processo de mobilização, organização e ocupação do assentamento, identificando alguns processos iniciais ligados à organização dos camponeses no contado com o MST. O capítulo mostra como se deu a conquista do território pelos camponeses nas etapas movimento-acampamento-assentamento. O objetivo é entender como se estruturam as relações, nos primeiros momentos de formação do assentamento, resgatando a reprodução camponesa nesse processo inicial. O período analisado compreende os anos de 1998 a 2001.

No quarto momento, construímos o terceiro capítulo, que recebera o título: Desafios para reprodução camponesa no Assentamento João Batista II: As atividades produtivas e a Organização social. Nesta parte da dissertação, são abordadas algumas questões sobre a reprodução camponesa no que diz respeito à estruturação das variáveis mencionadas. O objetivo é analisar os condicionantes atuais para reprodução camponesa no assentamento, utilizando, para tanto, a descrição e a análise das atividades produtivas e da organização social dos camponeses no assentamento.

O quarto capítulo constitui a quinta parte, nele estão dispostas as considerações finais, e tem como enfoque a apresentação dos principais resultados da pesquisa, no que concerne a reprodução do campesinato no assentamento relacionado às variáveis analisadas no decorrer da pesquisa. A finalidade é apresentar algumas considerações e perspectivas abrindo caminhos para as pesquisas da reprodução camponesa em áreas de assentamentos rurais na Amazônia.

CAPITULO I

FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS: CAMPESINATO, TERRITÓRIO E REPRODUÇÃO SÓCIOESPACIAL

O capítulo em questão tem como objetivo a apresentação de alguns elementos teóricos conceituais do processo de reprodução camponesa no uso do território. A análise teórica é direcionada pela tríade: campesinato, território e reprodução sócioespacial, com ela objetivamos subsidiar nossa investigação sobre a reprodução camponesa a partir da leitura empírica das atividades produtivas e da organização social no Assentamento João Batista II.

As atividades produtivas são importantes, pois estão ligadas ao “mundo do trabalho”, ou seja, ao modo como o camponês organiza sua produção, do ponto de vista interno, de seu núcleo familiar e da relação dessa unidade produtiva no sistema de comercialização capitalista. A outra dimensão analisada refere-se às práticas sociais de organização dos assentados, processo que foi inicialmente dirigido exclusivamente pelo MST, e que, com a criação de entidades de representação (associações e cooperativa), tem encontrado dificuldade, dado o ambiente de disputas políticas protagonizado pelas referidas entidades.

O primeiro item identifica alguns elementos teóricos do conceito de campesinato, bem como os mecanismos utilizados por esse segmento social no seu processo de reprodução face ao sistema capitalista. Aludi-se ainda a ocorrência camponesa no Brasil, e as dificuldades de identificação do camponês-assentado. Dessa forma, o camponês será analisado como modo de vida e como classe social. Para tanto, foram-nos fundamentais, à essa construção teórica, os seguintes autores: Chayanov (1981), Shanin (2005), Shanin (2008), Wanderley (1996), Martins (2003) dentre outros.

No segundo item são apresentados os elementos de conformação do território camponês, em seus usos. Referenciamos nesse item, os trabalhos de Fernandes (2008), Raffestin (1980), Santos (2007) e Saquet (2006). No terceiro e último item são expostos alguns apontamentos do processo de reprodução sócioespacial, tendo por base os trabalhos de Marx (1992), Luxemburgo (1976) e Lefebvre (1999). Esse

referencial analítico permite-nos dar suporte teórico a reprodução sócioespacial camponesa no uso do território.

1.1. O Campesinato: alguns aspectos conceituais

Teodor Shanin (2005, p.1) afirma: *“um camponês não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico”*. Esta assertiva chama atenção para a armadilha interpretativa, que pode levar a mistificação do conceito de camponês. Investigar qualitativamente esses sujeitos demanda analisar seus diversos contextos de ocorrência e o processo histórico, no qual que estão inseridos. Os esforços de sobrevivência camponesa não se regulam exclusivamente pelas exigências de seu modo de vida. “O camponês sempre existe dentro de um sistema maior” (WOLF, 1976. p. 22). Neste sentido buscamos compreender as práticas sócioespaciais camponesas investigando as interações, contradições e alianças no diálogo com o sistema econômico vigente, no caso, o capitalista.

Segundo Shanin (op. cit.), o campesinato deve ser compreendido através do estudo das características do estabelecimento rural familiar, em suas especificidades, reações e interações com a totalidade social. Essa reprodução, face aos desafios e crises econômicas, ancora-se na capacidade adaptativa e na criatividade em superar adversidades e escassez de recursos. Tal característica de resistência pode ser creditada à especificidade da unidade de produção familiar, que é, ao mesmo tempo, unidade de consumo e unidade de produção. Na proposição deste autor, algumas características têm sido recorrentes em estudos sobre o campesinato. É de grande importância destacar três aspectos que elucidam a conceituação de campesinato.

O primeiro refere-se os padrões de organização política que têm se caracterizado pelo alto poder contestatório e pela utilização de táticas de luta, como o banditismo e a guerrilha. Essas formas de luta são construídas, como consequência de um ambiente extremamente conflituoso, geralmente acompanhado de violência física contra os camponeses. No caso específico da Amazônia a violência rural ganha evidência em dados alarmantes⁷. Nessa região, os

⁷ Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra somente em 2011, foram mortos nos estados da Amazônia legal dezesseis trabalhadores, entre assentados, posseiros e lideranças sindicais.

camponeses posseiros têm sido as principais vítimas, ao lado de lideranças sindicais e religiosas, ligadas a movimentos camponeses.

Um segundo aspecto refere-se aos sistemas de valores camponeses, com destaque para a tradição oral e os padrões específicos de socialização. Os valores e os saberes criados são resultado da luta por espaço social, cujo resultado histórico, tem sido o acúmulo de um conjunto de conhecimentos técnico-produtivos que compõe o que Wanderley (1996) chamou do principal patrimônio do campesinato no Brasil, um tesouro histórico, deixado às gerações futuras, nas práticas de reprodução social. Esse conjunto de saberes é construído, através das estratégias de sobrevivência, em um contexto de intensa mobilidade social e espacial. A família é, em muitos casos, o principal agente de transmissão dos valores, tanto para o trabalho quanto para a vida do camponês.

O terceiro aspecto, mencionado por Shanin (2005), é a economia e o comportamento econômico específico do campesinato. O padrão de funcionamento desse tipo de economia difere da economia capitalista, tanto no que diz respeito à exploração da mão de obra, quanto ao balanço trabalho-consumo. Sobre este ponto os estudos de Alexandre Chaynov (op. cit.), são elucidativos, pois para este último autor, a unidade de produção é ao mesmo tempo a unidade de consumo, o que significa dizer que, dentro desta unidade, os próprios camponeses são “empregados” e “patrões”. Tal especificidade conduz a processos de autorregulação, procurando equilibrar o número de trabalhadores e o número de consumidores.

Uma interessante proposta para compreensão do campesinato, sugerida por Shanin (2008), é considerá-lo como modo de vida que eventualmente pode se comportar como classe social, de acordo com o referido estudioso:

[...] quando este “modo de vida” pode dar origem a uma classe, é uma questão que depende das condições históricas. Podemos definir isso ao analisarmos as circunstâncias e verificarmos se eles lutam ou não por seus interesses, então, saberemos se é uma classe ou não. Mas, em todas as condições, quando luta ou não luta, o campesinato é um modo de vida (SHANIN, 2008, p. 37).

A ação do MST nos acampamentos e ocupações potencializa a construção do campesinato enquanto classe. Nestes cenários de luta, uma identidade comum entre os “sem-terra” é forjada como uma estratégia de coesão do grupo. Em virtude disso buscou-se investigar os membros do Assentamento João Batista II, como um

campesinato, cujas evidências ora se aproximam, de um modo de vida, ora de uma classe social. Dessa forma, elementos como: exploração do trabalho familiar, produção voltada à subsistência, pequena comercialização dos excedentes, se associam a marchas, acampamentos e ocupações. Essas características são resultado da inserção de um grupo heterogêneo de pessoas na “condição camponesa”, como parte da atuação dos movimentos sociais e dos programas de redistribuição fundiária.

Sobre a condição camponesa Ploeg conceitua que: “consiste na luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida em um contexto adverso” (2009, p.18). De acordo com o autor a luta por autonomia significa a criação de uma “base de recursos autogerida”, como exemplos são mencionados: o conhecimento, a força de trabalho, as redes, os canais de irrigação e a terra. Está última, sendo estratégica pelo seu valor material e simbólico. Os projetos de assentamento de reforma agrária, permitem o acesso à terra e créditos ligados a produção agrícola, incluindo os assentados na condição camponesa.

Na obra “Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas”. Welch *et al* (2009), fazem uma síntese de alguns grupos que estão na condição camponesa, são eles:

os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açaizeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária. (WELCH *et al*, 2009, p.11)

A proposição dos autores amplia o entendimento de campesinato, pois concebe as diversas designações locais e indenitárias, como parte significativa do campesinato brasileiro. Ademais, o extrativismo, a pesca e a agricultura são algumas das atividades realizadas por esses sujeitos que têm na terra, na água e na floresta seus principais meios de produção. As formas e os usos, dos recursos, são as mais diversas, tendo como traço comum a reprodução de seu modo de vida, sem

a preocupação de acumulação de capital, utilizando-se majoritariamente, para tanto, de mão de obra familiar, assim como, o processo de resistência face a expansão do “desenvolvimento” do capitalismo no campo. Essa proposta analítica sobre os camponeses, não exclui a existência de contradições no interior do grupo, no caso do Assentamento João Batista II organizou-se um grupo bem heterogêneo, com trajetórias diferenciadas e interesses nem sempre confluentes.

Por tudo isso, foi de grande relevância a investigação da reprodução de um tipo específico de ocorrência camponesa, o camponês-assentado. Definir precisamente esse sujeito é tarefa difícil, posto que ele é resultado histórico de múltiplos processos. Poderíamos citar primeiramente, a ação de mediadores como o MST, assim como, das políticas de redistribuição fundiária realizadas pelo estado via órgãos como o INCRA.

Concomitantemente a esse processo, existe a grande diversidade social do grupo que compõe os assentados. Dentro deste universo empírico, Martins (2003) identifica um sujeito oculto presente nos caminhos e descaminhos das políticas de reforma agrária no Brasil; sujeito oculto, por não se fazer presente nem nas representações das entidades que dizem lhes representar, nem nas políticas de estado para o meio rural.

De acordo com Martins (op. cit.) vários aspectos corroboram para indefinição desse camponês-assentado. Segundo sua argumentação, a dificuldade de superar, mesmo pelos setores populares a reprodução da renda fundiária, resulta em ações que transfiguram o sujeito que é beneficiado com a terra. Logo, o trabalhador que deveria utilizar produtivamente a terra reproduz o latifúndio enquanto ideologia e o mercado capitalista, como prática de obtenção do lucro. A terra utilizada como valor de troca reproduz se “esquizofrenicamente”, em um contexto de reforma agrária, cuja reivindicação é justamente fortalecida pelo questionamento da existência do latifúndio. O autor se refere à venda, aluguel ou arrendamento de lotes, como ações que fortalecem o latifúndio e impossibilitam a democratização da terra, como meio de produção.

Destarte, o sujeito que é beneficiado pela reforma agrária não tem uma identidade coesa, não possui uma face coerente e unívoca. É sujeito e resultado da

de concentração fundiária, na medida em que, não consegue escapar a manutenção da renda da terra⁸. Como evidencia Martins,

é esse sujeito vivencial [...] sociologicamente ambígua, marcada pela indefinição situacional própria de uma inserção social duplamente orientada, dividida entre a de trabalhador e a de proprietário de terra, entre subsistir e lucrar [...] é, sobretudo, o sujeito de certo modo impersonificável, senão incompletamente ao menos em boa parte, que nasce da trama de relações sociais que definem o processo da reforma. (MARTINS, 2003, p.12)

Como referido, as ações que resultam na construção do sujeito da reforma agrária são diversas. Os atores que compõem esse campo de disputa utilizam-se de estratégias variadas no sentido de fortalecer seus interesses. Cabe aqui aludir a atuação do MST. Esse movimento recruta pessoas nas periferias das cidades, construindo uma massa muito heterogênea de sujeitos que serão assentados em um mesmo espaço. Nesse ínterim, Martins (op. cit.) apresenta forte crítica a estratégia do movimento, que em sua concepção concorre para ineficiência da reforma agrária. O supracitado pesquisador acrescenta ainda:

O MST contribui poderosamente para o fracasso parcial da reforma agrária como instrumento de reinserção social dos ameaçados pelo modo como se dá o desenvolvimento capitalista no campo. Contribui ao recrutar indiscriminadamente os participantes do seu grupo de pressão, incluindo aí pessoas sem nenhuma identificação com os atores que têm um vínculo claro com os valores próprios da mística original fundante do movimento. A pressão é quantitativamente maior do que qualitativamente do compromisso com a reforma agrária por parte dos recrutados e por ela beneficiados. (MARTINS, 2003, p.34).

No caso do Assentamento João Batista II, assim como a massa de trabalhadores é heterogênea, ao desempenhar diferentes ocupações, pois há: “garimpeiro, vaqueiro, ajudante de pedreiro e vendedor de rua e feirante” (CARDOSO, 2001, p.16) e ainda por possuir díspares trajetórias, a origem geográfica dos assentados também é diversa, sendo oriundos de oito estados, quais sejam: Pará (maioria dos assentados), Ceará, Amapá, Amazonas, Piauí, Pernambuco e Paraná. Logo, diante das contradições apontadas por Martins (2003), caberia perguntar se é ainda prudente tentar categorizar esse “sujeito oculto”, como

⁸ o capital tudo transforma em mercadoria (também a terra passa por essa transformação) adquire preço e pode ser comprada, vendida, ou alugada. A licença para a exploração capitalista da terra depende, pois de um pagamento ao seu proprietário. Esse pagamento é a renda da terra. (MARTINS, 1980-d, p. 206).

camponês. Acreditamos que sim, não no sentido de “enquadrar” forçosamente os sujeitos analisados na forma camponesa, mas como exercício de investigação da condição camponesa, tendo estes três pilares de sustentação: terra-trabalho-família.

As contradições presentes no Assentamento João Batista II, são: a comercialização e aluguel de lotes, fortalecimento do latifúndio enquanto ideologia, defesa de interesses particulares e divisão política. Mesmo que estes elementos tornem o ambiente mais complexo e por vezes obscuro, o “espírito” desta investigação é justamente compreender os desafios e as estratégias que os sujeitos assentados se utilizam como forma de permanecer produzindo e existindo no campo. Notamos que a criação de assentamentos é uma oportunidade de camponeses, e mesmo não camponeses, reproduzirem-se nessa condição específica, o que Marques (2008), chamou de *recampesinização* da família sem-terra. Para tanto direcionamos nossa análise à duas variáveis principais, sendo elas as atividades produtivas e a organização social, como componentes imprescindíveis para o estudo da reprodução do campesinato no assentamento João Batista II. No próximo tópico apresentaremos alguns elementos do campesinato no uso de território.

1.2. O Campesinato e o uso do território

A história de ocupação do espaço agrário brasileiro é forjada em meio a disputas e conflitos por território. Nesse processo, o controle do acesso à terra compõe um capítulo central. São os estudos de Wanderley (1996) que mostram que o latifúndio foi o modelo socialmente aceito. Sendo que essa forma de controle da terra teve como consequência, segundo Oliveira (1992), processos de territorialização do capital e desterritorialização camponesa. Esses dois movimentos são desdobramentos da luta de classes no campo. O território é deste modo definido por Oliveira (op. cit.) como:

[...] síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/circulação/distribuição/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.), onde o Estado desempenha a função fundamental de regulação. São relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. [...] o processo de construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/ manutenção/ transformação. (OLIVEIRA, 1992, p.02)

Na leitura do autor supracitado a luta de classes e as relações sociais de produção são elementos fundamentais para compreensão do território. Dialogando com essa ideia, e pensando a realidade dessa luta no campo, Fabrini (2011) concebe o território, como resultado das contradições sociais, pois, “se constitui numa força capaz de potencializar a resistência camponesa à ordem dominante”, destarte, ainda segundo esse autor, “o território pode ser interpretado como resistência e possibilidade de ampliação das lutas contra esquemas de dominação e subordinação engendrados na sociedade capitalista” (Fabrini, op. cit., p.10).

A forma como o latifúndio se estruturou no espaço rural brasileiro, condicionou o campesinato a refugiar-se em pequenas porções do território, muitas vezes, associando-se ao latifúndio, ou ainda, isolando-se em terras mais distantes dos centros urbanos. Como elucida-nos Wanderley (op. cit):

os camponeses tiveram, de uma maneira ou de outra, que abrir caminho entre as dificuldades alternativas que encontravam: submeter-se à grande propriedade ou isolar-se em áreas mais distantes; depender exclusivamente dos insuficientes resultados do trabalho no sítio ou completar a renda, trabalhando no eito de propriedades alheias; migrar temporária ou definitivamente. (WANDERLEY, 1996, s.p).

Mediante o exposto, percebemos que a autora destaca que as principais características do campesinato brasileiro, são: “a pobreza, o isolamento, a produção centrada na subsistência mínima e a extrema mobilidade espacial” (WANDERLEY, 1996, s.p). Os elementos mencionados denunciam uma situação de extrema instabilidade na construção de um território camponês. O acesso e a permanência na terra são elementos de vital importância, posto que, para os camponeses a terra é central para produção e reprodução de seu modo de vida. A subordinação ao capital, a proletarianização a mobilidade espacial configuram-se como mecanismo dessa reprodução. A realidade brasileira condiciona o campesinato a lutar, por padrões mínimos de sobrevivência, fato que o conduz, muitas vezes, a migrar para outras regiões ou mesmo abandonar o campo.

Os camponeses resignificam os territórios com suas práticas sócioespaciais. Dessa forma, territorializam-se construindo seu espaço de vivência, trabalho e socialização. O campesinato constrói seu território, beneficiando a terra, produzindo sustento e alimento para seu núcleo familiar. Segundo Fernandes (2008), os

assentamentos rurais constituem territórios da produção camponesa, cuja diversidade social é notoriamente diferente da paisagem homogeneizada pelo latifúndio monocultor. As práticas produtivas e sociais, reconfiguram o desenho espacial do ambiente ocupado, que no caso do Assentamento João Batista II, teve como resultado a construção de uma agrovila na parte central da fazenda e a delimitação dos lotes destinados as 157 famílias assentadas.

Pautamo-nos em Santos (1996) para dizer que aquelas ações mudam dois componentes intrínsecos do espaço: a forma e o conteúdo. Se no contexto do latifúndio ocorre a homogeneização da paisagem, seja com as práticas da monocultura ou da pecuária extensiva, com a construção do assentamento, fragmentação nos lotes e a redistribuição da terra ocorrem mudanças qualitativas, como consequência dessa nova dinâmica territorial. Nesse bojo, entendemos que os atores constroem o espaço, visando: controlar fluxos, pessoas e recursos. Percebemos, então, que esse processo é multiescalar.

Para Raffestin (1980) o território é criado como resultado da ação de agentes diversos, “atores sintagmáticos”, que atuam em escalas espaciais diferentes, indo do “Estado ao indivíduo”. O território é, portanto, multiescalar, e fruto da apropriação diferencial e histórica de parcelas do espaço. Santos (2007) contribui, nesta fundamentação teórica, utilizando a expressão “território usado”, concebendo-o como o “chão mais a identidade”. A metáfora criada destaca duas dimensões importantes, primeiramente a materialidade, expressada como chão e a apropriação, nesse caso específico, fruto da construção de uma identidade. O território é, portanto, além de um conjunto de sistemas naturais e de coisas superpostas, a porção do espaço “apropriada e usada” (SANTOS, 2007 p. 19). A ideia, de uso, caracteriza-se pela:

implantação de infra-estrutura, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, e da distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance de extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico. (SANTOS, 2008, p. 21)

É importante mencionar que os usos do território são diferenciados, pois as práticas sociais também o são. Os camponeses, os latifundiários ou o estado utilizam-se do território empreendendo dinâmicas sociais díspares. As relações que

se travam no território configuram territorialidades, cujo conteúdo, é definido pela atuação dos atores sociais. De acordo com o geógrafo Claude Raffestin “A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida da ‘face agida’ do poder” (RAFFESTIN, 1980, p.16). Saquet (2006) dialoga com os autores supracitados ao aludir que a territorialidade é um conjunto de relações que diariamente se realiza, comuns a diferentes lugares. São relações que se efetivam nos âmbitos da economia, da política e da cultura.

O campesinato representa um ator sintagmático importante no processo de produção dos territórios dos assentamentos rurais. A investigação da reprodução camponesa, nesse trabalho, se assenta na possibilidade de estudar a produção dos territórios dos assentamentos, para além dos programas institucionais do estado, sendo resultado de práticas cotidianas, que são, ao mesmo tempo, práticas sociais e práticas territoriais.

O assentamento é um território de produção e reprodução do campesinato. O processo de resistência dessa coletividade não se materializa somente nas lutas diretas empreendidas por esses grupos. A construção cotidiana de seu território, as estratégias criadas para permanecer na terra, mesmo nas adversidades, também são formas de resistência e vivência camponesa, constituem-se, na verdade, como elementos que dinamizam e diferenciam o território desses sujeitos.

A possibilidade da (re)produção camponesa ocorre em diversas dimensões da prática cotidiana. Nesse sentido, o enfoque dado nesta dissertação é no sentido de investigar os desafios para essa reprodução camponesa no Assentamento João Batista II, utilizando a categoria território como instrumento de análise. De acordo com Santos (2007), o território é “o fundamento do trabalho; lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p.14). Dessa forma, a produção do território camponês, através de sua reprodução social, ocorre em meio à estruturação de outros territórios (fazenda-latifúndio, município-poder público). Portanto, as práticas camponesas de produção, comercialização e organização efetivam o controle de um território, que em grande medida, possui um conteúdo social, diferente do espaço da governança ou do monopólio da terra.

1.3. Reprodução sócioespacial

É fundamental considerarmos, ainda, em largos traços, a noção de reprodução sócioespacial. Isto porque os conceitos de campesinato e território quando se juntam ao de reprodução sócioespacial edificam o sistema conceitual que preside, sustenta e estrutura a dissertação.

A reprodução socioespacial do campesinato nos assentamentos rurais pode ser sintetizada como a capacidade que esse grupo tem de se recriar, tanto do ponto de vista político, quanto do ponto de vista econômico, por meio de suas práticas sociais. Investigar esse processo perpassa a compreensão dos diversos elementos que condicionam ou impedem a reprodução dos assentados no campo. Cabe, no entanto, referenciar o conceito de reprodução, buscando identificar como as práticas produtivas e de organização social são elementos constituintes dessa reprodução, que se dá no território do Assentamento João Batista II.

A reprodução camponesa, no Assentamento estudado, possui diversas dimensões, primeiramente poderíamos destacar as relações mais próximas no interior da comunidade, que estamos chamando de camponês-camponês. É uma relação que dimensiona a reprodução em uma escala micro, no interior da comunidade. Essa relação consiste nas atividades produtivas nos lotes, bem como, nos processos internos de organização política no assentamento. As outras dimensões podem ser investigadas no contato: camponês-Estado, camponês-mercado. Tais relações ampliam os processos dessa reprodução, exigindo uma investigação, de como o camponês se recria no sistema capitalista, tendo como parâmetro, o fato de que o capital não homogeniza a totalidade das relações reproduzindo formas não capitalistas de produção (Martins, 1998).

Nesse item balizamos nossa argumentação em três autores marxistas. Inicialmente o próprio Marx (1992), em alguns apontamentos básicos para investigar a produção capitalista das relações de produção; posteriormente, Rosa Luxemburgo (1976), que se dedica de forma mais enfática à questão da reprodução, apresentado forte diálogo com o construto de Marx, e, por fim, Lefebvre (1999), que propõe uma visão totalizante do processo de reprodução. Acredita-se que a teoria marxiana é fundamental no entendimento de como ocorre a reprodução das relações sociais no capitalismo e seus desdobramentos sobre o campesinato.

Os camponeses necessitam desenvolver suas atividades cotidianas, tendo em vista sua reprodução. Para tanto, um conjunto de ações diárias são concretizadas no seu território de vivência (assentamento), ou seja, plantar, colher, criar, são práticas que garantem além da produção, a manutenção de seu modo de vida. Nesse caso específico, manter-se na terra, produzindo e trabalhando com a sua família é requisito fundamental para a reprodução camponesa. Alguns atributos do processo de produção material da existência são identificados por Marx.

Karl Marx (1992) estrutura sua teoria em uma análise do processo histórico da sociedade. Segundo o autor, o homem, ao fabricar os seus meios de existência, produz indiretamente a sua própria vida material. Essa produção ocorre para além de uma reprodução biológica, haja vista que compõe as relações de manutenção de um modo de vida. Como esclarece o autor,

A maneira pela qual os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente o que são. O que eles são coincide, portanto, com a sua produção, tanto o que produzem quanto a maneira pela qual produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de produção. (MARX 1992, p. 46)

Essa afirmativa de Marx reafirma seu entendimento de “homem” enquanto sujeito histórico, que transforma a natureza e simultaneamente transforma a si mesmo. A reprodução, na proposição de Marx, é diretamente relacionada à produção, sendo esta, uma ação tipicamente social. No processo de produção, o capitalismo cria mecanismos estruturais de retroalimentação de forma que os pilares que viabilizam a produção sejam mantidos, a saber, as forças produtivas e os meios de produção. Assim, transformar a natureza é requisito fundamental para existência humana.

Ainda de acordo com Marx (1992), a sociedade transforma a natureza por intermédio do trabalho, atividade essa que distingue o homem dos outros animais, visto que, trata-se de uma ação racional. Nesse sentido um pressuposto é essencial no pensamento de Karl Marx: a reprodução ocorre como resultado da relação sociedade-natureza e da relação “dos homens entre si”.

Luxemburgo (1976), baseando-se na teoria de Marx, afirma que a reprodução está limitada a contextos sociais e técnicos específicos. Por exemplo, em grupos sociais com baixo nível tecnológico, a natureza pode ser o fator limitante. É o caso

do Assentamento João Batista II, em que as condições do solo e a ausência de recursos, configuraram-se como esses fatores. Todavia, haveria para autora duas dimensões no processo de reprodução. A primeira é a reprodução simples, que seria “a simples repetição invariável e constante do processo produtivo” (p. 11), sendo esta típica de sociedades menos complexas que a sociedade capitalista. E, a segunda, a reprodução do sistema capitalista, que seria do tipo ampliada, caracterizando-se pelo crescimento do capital e a extração da mais valia. Essa última dimensão analisada por Luxemburgo (1976), é para esta dissertação, a mais completa, porque a reprodução dos camponeses ocorre no diálogo com a sociedade capitalista.

O impulso motriz da reprodução do capital é a extração da mais valia. Este dado difere a dinâmica da reprodução social, no capitalismo, das outras estruturais sociais historicamente referenciadas. Como destaca Luxemburgo (1976), o conceito de reprodução guarda, em sua essência, um elemento histórico e cultural, e isso implica na criação de uma produção de um consumo regular. Para que ocorra a reprodução, é necessário que determinadas condições permaneçam, ou seja, é imprescindível que elementos como os instrumentos de trabalho, as matérias primas e a força de trabalho sejam mantidos. Tal permanência obedece a determinadas condições técnicas e sociais.

Baseando-nos, ainda, na proposição de Luxemburgo (1976), podemos compreender a reprodução como o processo social em que o campesinato, por meio de suas práticas sociais, mantém uma produção e um consumo regular. Este processo é ainda condicionado pelas formas sociais dominantes, posto que, a reprodução não ocorre isoladamente. De acordo com Martins (1998), o capital não homogeniza a totalidade das relações, desse modo, relações camponesas não capitalistas, são também reproduzidas, de forma contraditória.

É no contado do campesinato com o mercado capitalista que se efetiva a extração da renda camponesa, nesse sentido, a exploração dessa mão de obra diferencia-se da forma convencional dos trabalhadores assalariados. Enquanto que no caso desses últimos ocorre à apropriação da mais valia pelo capitalista, no caso dos camponeses, a exploração do trabalho ocorre na comercialização dos produtos.

O pensamento de Marx é central para a compreensão do processo de reprodução das relações sociais no sistema capitalista. Ainda assim, sua teoria

carece de complementação. Nesse ínterim, Henri Lefebvre propõe investigar o processo de reprodução para além das relações eminentemente produtivistas. No entendimento dele a reprodução deve ser entendida em uma perspectiva totalizante.

Para Lefebvre (op. cit.) se num primeiro momento analítico, Marx, ao formular acerca do sistema de produção, enfocou a reprodução de forma marcadamente produtiva, no sentido de reprodução dos meios de produção, em outro momento, ele amplia sua proposição, considerando a “reprodução total”. Esse conceito pressupõe processos de permanência e inovação como elementos que presidem a reprodução das relações sociais. A expressão, como destaca Lefebvre (op. cit.), foi utilizada em uma carta encaminhada a Engels comentando o quadro econômico de Quesnay. Este autor acrescenta ainda que:

[...] Marx julga que este quadro não resume apenas uma circulação de bens e dinheiro, mostra de que modo e por que razão o processo não se interrompe, pois reproduz as suas próprias condições [...] Já não se trata, portanto, da reprodução dos meios de produção, mas da reprodução das relações sociais. (LEFEBVRE, op. cit., p. 222)

Conquanto, evidenciamos que Henri Lefebvre (op. cit.) dedicou-se à análise da reprodução das relações sociais, demonstrando que, até então, a produção acadêmica que se dedicou a esclarecer esse processo, apresentou um caráter parcial e reducionista. Para este estudioso, um segmento da corrente estruturalista restringiu o problema da reprodução das relações de produção a um componente elementar, os meios de produção, ou seja, as indústrias, as empresas, centrando excepcionalmente na reprodução da força de trabalho, conforme é possível perceber no excerto a seguir:

Na perspectiva do marxismo estrutural-funcionalista, a reprodução das relações de produção reduz-se a um simples reforço, a uma duplicação destas relações pela intervenção do estado. [...] Este Estado intervém enquanto moderador, reduzindo os conflitos conforme interesse da fração hegemônica-burguesa. (LEFEBVRE, op. cit., p. 236)

Nesta perspectiva de comprovar que a reprodução das relações sociais de produção não se explica tão somente pelas empresas, ou pela indústria, Lefebvre (op. cit.) afirma que a problemática da reprodução foi abordada de forma acertada, mas incompleta pelo marxista Wilhelm Reich, o qual percebeu nas relações sexuais

e familiares semelhanças com as relações de produção capitalistas, propondo o lar familiar enquanto centro onde se produz e reproduz as relações sociais de produção em comparação a empresa capitalista.

Outras análises mantiveram certa coerência, no entanto, ainda de forma limitada sobre o processo de reprodução e seus desdobramentos. Lefebvre (op. cit., p. 245) partindo da conjectura de que, ao contrário de um sistema acabado, o capitalismo é um sistema, em processo de complementação, uma totalidade não acabada.

É a partir desse entendimento, que o autor defende a hipótese de que o lócus da reprodução das relações de produção não está no local de trabalho nem nas relações de trabalho. Isto porque, no sistema capitalista, a reprodução das relações sociais de produção, não pode ser associada unicamente as empresas ou aos meios de produção. Corroborando com Lefebvre (op. cit., p. 225) “o conceito de reprodução das relações de produção incide sobre a totalidade, sobre o movimento desta sociedade no nível global”. Para ele, as relações de produção ocorrem no espaço social, que em sua análise, é o ponto de partida e de chegada. Dimensionar, portanto, a reprodução a partir do espaço, requer uma análise totalizante e unificadora dos processos sociais.

Mediante o exposto, sublinha-se que o campesinato é um ator social, que usa o território como estratégia de reprodução de seu modo de vida. Esse processo não ocorre de forma isolada, visto que, o contato com a totalidade social é fator primordial para sua manutenção. Suas atividades produtivas, bem como, o processo de comercialização, compõem elementos centrais de sua reprodução. Historicamente, essas coletividades rurais têm lutado por seus direitos, tendo na terra e na família um ponto de apoio e fortalecimento de seu modo de vida.

Como ao longo da formação territorial brasileira a terra esteve restrita a pequenos grupos aristocráticos, os camponeses tiveram que criar uma série de estratégias para permanecer sendo o que são. A migração e a associação ao grande latifúndio foram ações constantes. Seu trunfo repousa na sua estrutura interna, que garante tanto a reprodução do ponto de vista cultural, através da transmissão de valores sociais característicos, como o funcionamento econômico dessa microestrutura social. A unidade produtiva camponesa é ao mesmo tempo unidade de produção e consumo.

Como foi referido ao longo deste capítulo, a reprodução não ocorre isoladamente. É comum que a ação de outros atores também conduza processos de recriação camponesa. Eles dão maior dinamicidade ao processo de reprodução camponesa, já que possibilitam, além do fortalecimento político, o acesso à terra. Mencionamos o caso do MST, que por intermédio dos acampamentos e assentamentos, possibilitam a criação de espaços de resistência, bem como fórum de fortalecimento da luta camponesa. O estado também é condutor desse processo, na medida em que induz a redistribuição fundiária via política de reforma agrária. Martins (2003) chama atenção para os sujeitos que, em meio às disputas entre estado e movimento, mostram-se de difícil identificação, visto que seus interesses nem sempre estão contemplados nas bandeiras dos movimentos, tão pouco na pauta política do estado.

A ocupação social e produtiva do território é uma ação política. Partindo do pressuposto de que essa dimensão espacial das classes é manipulada conforme os interesses dos grupos, a criação, e mesmo a manutenção de um determinado território, gera conflitos de territorialidades. Os camponeses constroem sua territorialidade disputando espaço com o latifúndio, sendo esse conflito, além de uma disputa por determinados recursos naturais e simbólicos, uma luta de classes antagônicas, presentes no interior a estrutura agrária brasileira. Os camponeses resignificam os territórios com suas práticas sócioespaciais, haja vista que o uso que dão ao território é diferente do uso empreendido pelo latifúndio.

Produzir para a manutenção de seu modo de vida e não para acumulação do capital configuram outra natureza a fração do território que outrora fora espaço de acumulação empreendido pelo latifúndio. Podemos afirmar, baseando-nos em Santos (1996), que as ações camponesas no território transformam tanto a forma quanto o conteúdo do espaço habitado.

A reprodução sócioespacial camponesa pode ser entendida como as ações sociais, desenvolvidas no território que têm como objetivo, a manutenção desse grupo, garantindo, além da produção, um consumo regular. Como nos aponta Lefebvre (1999), o entendimento do processo de reprodução exige uma visão totalizante da realidade, cuja síntese pode ser apreendida no espaço.

CAPITULO II

FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II

O objeto de reflexão do presente capítulo é o processo de formação do assentamento João Batista II, para tanto, retomou-se brevemente o referencial teórico no que diz respeito à definição de assentamento adotada nesta dissertação. O texto do capítulo constitui-se, sobretudo pela descrição da configuração territorial do assentamento estudado, localizando-o na cidade de Castanhal. São apresentados ainda os processos de mobilização e ocupação que deram origem ao PDA João Batista II, buscando retratar a dinâmica social neste contexto inicial. O período histórico analisado compreende os anos de 1998 a 2001, compreendendo uma parte do recorte temporal, cuja culminância como foi mencionado no primeiro capítulo, se dá em dezembro de 2012, contexto que será analisado no capítulo III. A justificativa para a escolha do período mencionado é o início da mobilização dos trabalhadores que comporiam o assentamento no ano de 1998 e a estruturação do mesmo em 2001, com a desapropriação da Fazenda Tanari.

A reprodução sócioespacial dos camponeses, neste primeiro momento, é marcada por alguns fatores, com destaque para a reprodução camponesa em padrões mínimos, ou seja, a produção era incipiente destinando-se basicamente a alimentação dos ocupantes, a insegurança alimentar era constante dada a dificuldade de aquisição de alimentos, já que a principal fonte era o fornecimento de cestas básicas distribuídas pelo INCRA. A alimentação e a estruturação produtiva do assentamento configuram-se como requisitos básicos para reprodução dos camponeses. Os assentamentos rurais são espaços singulares para o estudo sobre a reprodução sócioespacial, dada as possibilidades de recriação camponesa, nesses territórios.

Os assentamentos rurais possuem uma dinâmica social específica dada forma como são estruturados, visto que resultam da (re)territorialização de famílias sem terra, via desapropriação de latifúndios. Segundo Bergamasco e Norber (1996) os assentamentos rurais são unidades de produção agrícolas criadas através do reordenamento do uso da terra com o objetivo de beneficiar trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, além de fixá-los em uma propriedade o estado deve

proporcionar condições para que os assentados produzam e vivam no campo. Na criação dos assentamentos rurais destacam-se a atuação tanto do estado quanto dos movimentos sociais, neste sentido a própria concepção de assentamento é diferente. Enquanto para o estado o assentamento é uma unidade de produção criada através de uma política de reforma agrária, para os movimentos sociais são espaços de vida resultados da mobilização dos trabalhadores no campo.

O MST, principal movimento de luta pela reforma agrária no Brasil, concebe os assentamentos para além de uma unidade de produção, para este movimento, esses espaços são de socialização, onde diferentes sujeitos convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias como: cultura, lazer, educação e religião. Ainda de acordo com a ideologia do movimento, os assentamentos contribuem no fortalecimento da luta camponesa, como destaca Scopinho (2012,):

O MST entende que um assentamento tanto é resultado da luta e da pressão social pela reforma agrária quanto é espaço de luta e pressão social para se realizar enquanto unidade socioterritorial. Como tal, teoricamente, pode se constituir como território de autonomia e resistência ao considerar a possibilidade de desenvolver outras formas de viver. É, portanto, um espaço social privilegiado para concretização dos seus objetivos e diretrizes, como movimento social organizado. (SCOPINHO, 2012, p.97)

O MST, portanto, concebe os assentamentos como espaços de atuação política que funcionam como bases de fortalecimento de sua territorialização tendo como base social trabalhadores sem terra, como evidencia Fernandes (2006, p.6): “os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração”, para este autor a estratégia de ocupação de latifúndios é uma ação política de enfrentamento as oligarquias agrárias, proporcionando, dentre outras coisas, uma grande visibilidade política para o movimento.

Nesta dissertação, o assentamento é definido como um território cuja origem resulta de múltiplas relações, tendo como principais protagonistas os trabalhadores sem terra, o MST e o Estado via órgãos ligados à reforma agrária. Para além de um espaço de mera produção agrícola, o assentamento é entendido como um território de reprodução do campesinato, ou seja, um espaço onde os camponeses realizam suas práticas sociais, econômicas e políticas no sentido de manter-se com suas gerações no campo.

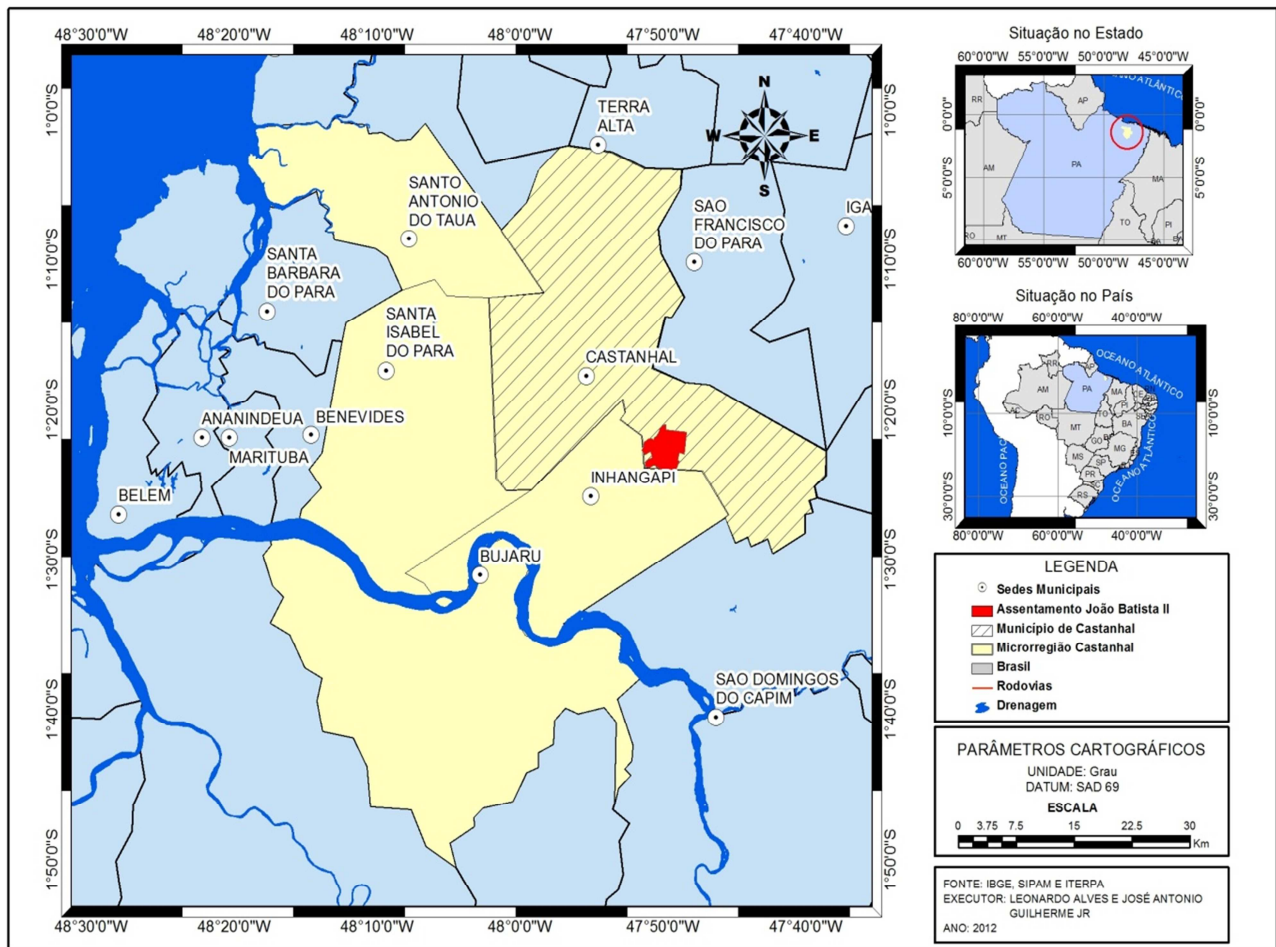
Para além do olhar majoritariamente burocrático e assistencialista do estado, que visualiza nos projetos de reforma agrária, concessões às populações pobres sem terra ou do MST, que se coloca como principal agente de interlocução das demandas dos trabalhadores, muitas vezes generalizando e desconsiderando as individualidades dos sujeitos. Deve-se considerar os assentamentos como espaços de múltiplas interações sociais que, como destaca Sauer (2005):

É o lugar onde diferentes biografias se encontram [...] e iniciam novos processos de interação e identidades sociais, gerando novos atores sociais e políticos. Esses atores terão como principais fatores de mediação real e simbólica (interna e externa) a terra, o trabalho e a produção” (Sauer, 2005, p.61)

O assentamento, foco de nossa pesquisa, assemelha-se a definição de Sauer (op. cit.), por entrelaçar diversas biografias de luta e resistência. É resultado de um trabalho de base realizado pelo MST na Região Metropolitana de Belém (RMB), que agregou trabalhadores urbanos, camponeses, diaristas, desempregados de diversos municípios do Estado do Pará, que unidos pelo desejo de conquistar uma terra, conduziram a primeira ocupação dirigida pelo MST no nordeste paraense. A cidade escolhida foi Castanhal, município que guarda em sua origem uma ocupação conduzida por pequenos agricultores que se distribuíram ao longo da Estrada de Ferro Belém-Bragança.

O Município pertence à Mesorregião Metropolitana de Belém e a Microrregião Castanhal. O mapa-01 mostra a microrregião de castanhal, identificando algumas cidades limítrofes e a localização do Assentamento João Batista II no município.

MAPA 01: MICRORREGIÃO DE CASTANHAL



Fonte: IBGE/ ITERPA, 2005

Sua sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 01°17'42" de Latitude Sul e 47°55'00" de Longitude Oeste de Greenwich. A origem do nome da cidade é atribuída a uma espécie típica da região, a Castanheira, cuja ocorrência no município, próximo a parada do trem teria gerado a ligação do nome do vilarejo com a espécie vegetal amazônica.

A atividade que impulsionou o processo de colonização da mesorregião do nordeste paraense foi a agricultura, sendo que, os sistemas de cultivo desenvolvidos na ocupação deste espaço, tiveram um caráter predatório, fato que provocou um intenso desgaste do solo. A vegetação no município é representada, predominantemente, pela Floresta Secundária, proveniente da remoção da cobertura florestal primária (Floresta Densa dos baixos platôs). Para a implantação de cultivos de subsistência, foi recorrente a técnica do "corte e queima", desta forma,

a floresta foi derrubada dando lugar às roças, sendo que esta prática diminui a matéria orgânica do solo. Os pequenos colonos que ocupavam a região foram expulsos com a chegada dos fazendeiros que estruturaram as propriedades com pecuária em áreas de pastagem.

A área do assentamento João Batista II apresenta uma intensa degradação dos recursos naturais, principalmente em função das atividades econômicas desenvolvidas na região. A mata primária foi intensamente devastada, representando atualmente somente 1% da cobertura vegetal do assentamento como destaca Cardoso (2001, p. 21). A extração de madeira e a agropecuária, foram responsáveis pela substituição da Mata Primária pela Mata Secundária (capoeira e gramíneas). Então, estima-se que o capim *Quicuí* e o *Braquiário* recobre cerca de 80% da área (CARDOSO, op. cit.).



Foto 01: Área de Capim no Assentamento João Batista II

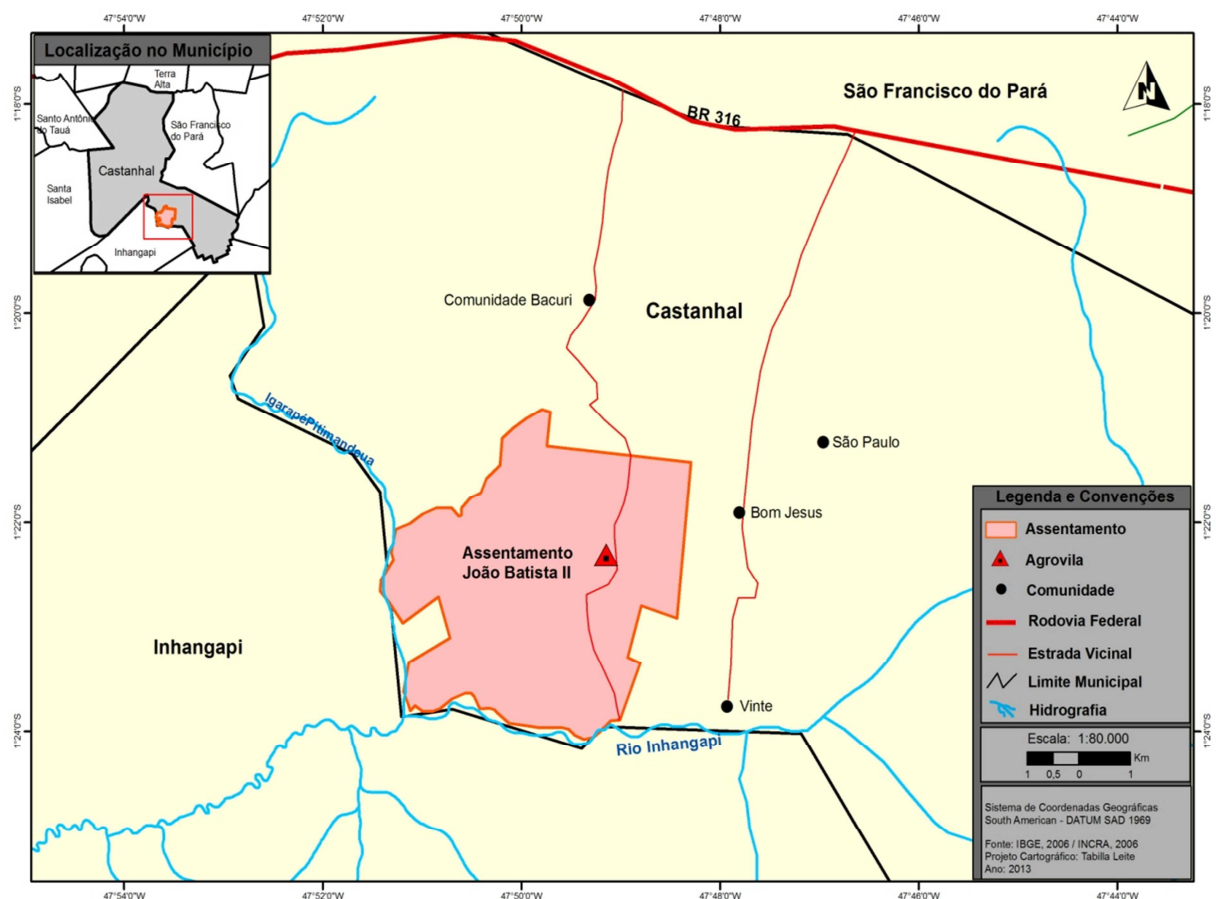
Fonte: Guilherme Junior, dezembro de 2011.

O Assentamento João Batista II localiza-se na margem direita do Rio Inhangapi, e da rodovia BR-316, no sentido Castanhal Santa Maria. Ocupa uma área de 1.761,76 ha, abrigando 157 famílias. Os limites da área do assentamento são: ao

Norte (Igarapé Bacuri e as Fazendas Malvina, José Padilha e Sérgio); Sul (Rio Inhangapi); Leste (José Coelho e Luiz Gusmão); Oeste (Igarapé Pitimandeu e Pantaleão Jorge e Silva). Em termos de uso do solo, temos a seguinte configuração: 1500 ha de pastagem, 119 ha de capoeira e mata, 64 ha destinado a agrovila, 10 ha de área destinada para reserva ambiental e 70 ha é a área do patrimônio (escola, igreja, posto de saúde e agroindústria).

A principal via de acesso é a rodovia BR-316 (Pará-Maranhão), por onde são percorridos 12 Km de Castanhal completando o percurso com 8 Km de estrada de terra até a entrada do assentamento.

MAPA 02: ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II



Fonte: IBGE/INCRA, 2013

A entrada do assentamento é delimitada por uma palmeira que está à margem da estrada. Ao longo do caminho de piçarra observam-se pequenos ramais ligados aos lotes, que se distribuem nos arredores da agrovila do assentamento. Na parte central dele encontra-se a vila, com casas bem diversificadas, haja vista que,

como relataram alguns assentados, a construção foi feita por iniciativa dos próprios moradores, sem a contratação de empreiteiras. Na área da vila está a escola Roberto Remige, uma caixa d'água, duas igrejas, uma católica (área central) e uma evangélica. E, ainda na praça central, existem dois monumentos, um que homenageia a Irmã Doroti e outro que demonstra preito à Che Guevara. Há também, um posto médico que funciona em uma residência, cedida por uma assentada.

As opções de lazer são o futebol, que é praticado em um campo, no próprio assentamento, e os bares, que são frequentados majoritariamente por assentados aos sábados e domingos. Nas fotos 02 e 03 visualizamos o ramal que dá acesso ao assentamento e à palmeira, que funciona como marco de delimitação do início dele.

Foto 02: Ramal de acesso ao Assentamento João Batista II, Km 77, BR- 316



Fonte: Guilherme Junior, junho de 2011.

Foto 03: Palmeira na entrada do Assentamento João Batista II



Fonte: Guilherme Junior, junho de 2011.

O espaço do Assentamento ainda carece de uma melhor infraestrutura no que diz respeito à destinação do lixo, pois como não existe, na área, coleta dos resíduos sólidos, os assentados depositam em um terreno a céu aberto.

2.1. Organização e mobilização para formação do Assentamento João Batista II

De acordo com uma liderança do assentamento, entrevistada sobre a formação do mesmo, “era necessário ter um assentamento perto da capital (Belém), o movimento estava se fortalecendo no Sudeste do Pará, mas era preciso um assentamento mais próximo” (entrevista concedida por B. 2011). Assim, a formação do Assentamento João Batista II, está relacionada a duas demandas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Pará, são elas: a localização estratégica perto de Belém e a formação de uma frente de massa para contribuir em outras mobilizações.

Primeiramente, de acordo com a direção regional do MST, havia a necessidade de um assentamento nas adjacências da cidade de Belém para fortalecer sua tática de pressão política, sobretudo as ocupações e as marchas. Como destaca Fernandes (2008), essas ações são estratégias do MST nos seus processos de espacialização e territorialização, como na capital paraense ocorriam algumas das principais manifestações dirigidas pelo movimento, um assentamento próximo à capital facilitaria mobilizações. A segunda demanda foi atingida com a formação de uma “frente de massas”, uma espécie de conglomerado de militantes que contribuem em outros espaços de atuação política do movimento. No caso do Assentamento João Batista II, sua contribuição mais direta, foi na estruturação do Assentamento Mártires de Abril, localizado no distrito de Mosqueiro, pertencente à Região Metropolitana de Belém (Costa, 2005).

Os trabalhos de base se concentraram nas cidades de Castanhal e Ananindeua, ambas recebendo acampamentos. Durante essa ação, as famílias eram cadastradas e convidadas a participar de reuniões semanais, geralmente aos sábados e domingos. Nas reuniões, os sem-terra foram familiarizados com a dinâmica do movimento, suas regras de disciplina e organização política, tendo em vista que, a luta pela terra é colocada como possibilidade de alcançar melhorias nas condições de vida desses trabalhadores. De acordo com um líder do MST, o sentido do trabalho de base é convencer o trabalhador a lutar: “não prometemos terra! alguns dizem que o MST da terra. Na verdade, só se consegue terra na luta, por isso a ocupação” (entrevista concedida por k. em 2011).

A fala de outro assentado ilustra bem a inserção dos sem-terra, na dinâmica dos acampamentos, marchas e ações que deram origem ao Assentamento João Batista II:

Nós acampamos lá no Abacatal no Aurá. O ônibus chegou, “apanhou” os cadastrados, e nós fomos lá pro Abacatal (Ananindeua). Acampamos dia 22 de agosto, quando foi dia 3 de setembro, nós saímos em fileira, em direção à Belém. Aqui em Castanhal, já tinha um grupo. Foi feito o trabalho de base, e nos encontramos lá na praça da matriz. Aí reuniu os dois acampamentos. [...] acampamos na Praça da Bíblia, no Entroncamento. Quando foi dia 7 de setembro, fomos para a praça da leitura, em São Braz. De lá nós saímos de pés, rumo a Praça da República. Foi meu primeiro “grito dos excluídos”. Como tinha o desfile das forças armadas nós fomos impedidos de chegar lá [...] montamos acampamento na Praça da República. Depois ocupamos o INCRA (sede Belém). Passamos lá 15 dias. [...] Do INCRA voltamos para o Aurá de novo, aí passamos 30 dias (entrevista concedida por B. em 2012).

O relato do assentado expõe a situação em que os futuros assentados são formados, segundo os militantes do MST, as caminhadas e acampamentos, são “laboratórios” para que os futuros assentados possam se incorporar nos processos de mobilizações e luta pela reforma agrária. A disciplina do movimento também é apresentada, visto que, a organização dos acampamentos seguem determinadas regras, como demonstrou um dirigente do MST:

Fizemos um acampamento provisório pra gente fazer, a formação de futuros assentados. Que a ideia, nossa, enquanto MST é fazer o acampamento, formar os grupos de famílias, de dez até vinte famílias por grupo. Aí fazer formação, a forma de comportamento, respeito, a questão do preconceito, então tudo isso a gente trabalhava pra, digamos... é uma forma do pessoal se preparar, pra quando chegar na terra, ter respeito um com o outro. (entrevista concedida por L. em 2012).

Conforme o discurso dos membros do MST, os acampamentos são espaços de formação política e socialização de experiência de luta. Nesses espaços, diversas regras são acordadas em assembleia, tais como: controle de horários de entrada e saída, problemas de furtos e agressões, formação dos grupos de trabalho, entre outras demandas que são discutidas e solucionadas nas estruturas deliberativas do assentamento. Esses processos não são isentos de contradições, fato que dificulta a criação de um grupo coeso e homogêneo.

Os problemas de adequação às normas de disciplina do MST foram mencionados por diversos entrevistados no assentamento, um exemplo citado foi a proibição de bebidas alcoólicas, segundo relatou um assentado, da equipe de segurança na época: “os caras entravam com garrafa de café, quando pensa que não, pega o fulano que tá bêbado fazendo algazarra, (a bebida alcoólica) estava na garrafa de café!”.

O supracitado relato mostra que as regras de disciplina não eram acatadas na sua totalidade, o que nos leva a refletir para além do simples dado empírico de “desobediência”, o que na realidade aponta para dificuldade da adequação dos acampados ao processo de organização vivenciado no contexto dos acampamentos do MST. De certa forma, entram em choque os interesses da direção do movimento, que vislumbra, nas regras, a possibilidade de gerir e direcionar politicamente os acampados, e os interesses particulares de indivíduos que reproduzem alguns comportamentos de seu contexto social antes da condição de acampado.

A adequação e o respeito às regras é um problema a ser equacionado pelos acampados, principalmente quando se discute ações como a ocupação. Esse último processo é delicado, porque contraria os interesses dos latifundiários. Nas reuniões que antecedem a ocupação, o movimento tem adotado como tática, revelar o local de ocupação somente momentos antes da sua realização, o que dificulta a ação dos fazendeiros, ou mesmo da polícia. A fala de um dos assentados é elucidativa: “nós fomos todos agrupados foram 19 grupos de famílias. Aí, um belo dia, eles chegaram de manhã, sem ter avisado e borá ocupar a terra”. (entrevistado B. em 2012).

Após a organização das famílias no último acampamento fixo, na cidade de Ananindeua, os sem-terra formam mobilizados para a ocupação de diversas entidades, que ajudaram nesse contexto, sobretudo ao disponibilizar carros e ônibus para o traslado das famílias até a fazenda na cidade de Castanhal. A ocupação, que se mostrou tranquila, nas primeiras horas tornou-se tensa, quando funcionários de um fazendeiro tentaram intimidar as lideranças do MST.

2.2. Ocupação da Fazenda Tanari

Segundo um coordenador regional do MST, a escolha da fazenda, que seria ocupada, foi feita através de um levantamento das propriedades no nordeste paraense, quando se listou algumas, como: a Fazenda Camelo, no município de Benevides, Pirelli em Santa Izabel e a Fazenda Tanari (Bacurí), localizada no município de Castanhal. Esta última, como estava hipotecada pelo Banco do Brasil, e o proprietário já havia falecido, foi escolhida pelo movimento. Então, no dia 15 de novembro de 1998, por volta das treze horas, oitocentas e trinta famílias, ocupam os fundos da Fazenda Tanarí.

As famílias chegaram de ônibus e carros particulares, sendo que a maior parte dos sem-terra não sabia onde seria a ocupação. Destarte, muitas famílias optaram pela participação de apenas uma parte dos membros, ou seja, vinham só a esposa e os filhos ou somente o marido, alguns assentados relataram que só depois de assegurar uma moradia no acampamento providenciava a vinda do restante dos familiares.

Ainda que nos acampamentos as famílias recebam instruções para como se comportar no processo de ocupação, esse momento é delicado, muitas vezes, diante do medo de um conflito armado, diversas famílias desistem retornando a suas antigas moradias na cidade. Mesmo que o proprietário da fazenda estivesse morto e no momento da ocupação não tenha ocorrido enfrentamento, os conflitos se estabeleceram dois dias depois da ocupação, envolvendo funcionários da fazenda, acampados e policiais. Como destacou um entrevistado:

Chegamos aqui nessa “prainha” (área próximo ao Rio Inhangapi onde foi montado o primeiro acampamento), no dia quinze de novembro de mil novecentos e noventa e oito. Quando foi no segundo dia, nós estávamos aqui, acampado, chegou a polícia... Nada de defender os assentados, sempre defendendo o fazendeiro! Aí saímos, pra conhecer a terra, aí, o gerente (empregado responsável pela fazenda), chamou a gente pra cá (residência onde morava o empregado). Quando pensou que não, nós estávamos todos cercados pela polícia, querendo já levar a gente pra prender. Ainda bem que tinha ficado uma senhora, do lado de fora, aí ela foi chamar o pessoal (outros integrantes acampados), nós conversamos com a polícia e com os “homens” até que fomos. Liberados. (entrevista concedida por M. em 2011).

Conforme nos informaram os assentados, como a área da fazenda havia sido hipotecada, e possuía vários beneficiamentos, era muito comum o assédio de outros fazendeiros, no sentido de comprar a área dos ocupantes. Como nos esclareceu uma assentada: “eles (fazendeiros) ofereceram outra área lá pra Santa Maria, mas nós não aceitamos”. Além da pressão econômica, a violência física também foi utilizada. Nas palavras de outro entrevistado: “quando nós chegamos lá tinha muito pistoleiro, encapuzado, queriam fazer ‘onda’, mas como tinha a entidade lá (refere-se a membros da CPT e PT) não maltrataram ninguém”.

O clima de insegurança na fazenda ganhava evidência no sétimo dia do acampamento, pois um integrante do MST, de nome Ériton Marcio foi baleado em uma emboscada nas proximidades da fazenda. Esse acontecimento fez com que os ocupantes se reorganizassem transferindo o acampamento para uma área mais

próxima da entrada da Fazenda onde poderiam controlar o fluxo de pessoas e impedir novos ataques.



Figura 01: Acampado baleado, na fazenda Bacuri

Fonte: Jornal Liberal, novembro de 1998.

As famílias que estavam próximas ao Rio Inhangapi se deslocaram para os arredores do Rio Bacuri, área mais distante da residência do empregado da fazenda, e próximo à estrada que dá acesso à propriedade. Com a reorganização das famílias, os acampados buscam efetivar a ocupação total da fazenda exigindo a retirada do gado e a desocupação da propriedade por parte dos funcionários. Cabe aqui um esclarecimento, mesmo que o proprietário (titular do documento) não estivesse vivo, seus filhos alugavam o pasto da fazenda para outro fazendeiro, desse modo, foi com os funcionários desse fazendeiro que se estabeleceu um clima conflituoso, como descreve Cardoso:

[...] trinta pessoas (acampados) pedem aos vaqueiros que trabalham na fazenda para desocuparem a mesma, enquanto quarenta pessoas falam com o gerente chamado "Miltão", dando-lhe o prazo de um dia para que se retire do local. Os acampados exigem ainda que o fazendeiro Paulo Costa, que alugava o pasto [...], que retirasse seu gado, num prazo de dois dias, o qual

não foi cumprido ocasionando certo atrito que foi amenizado com a retirada do gado dias depois. Após esse período, Domingos Rangel Filho, perde a área para o Bando do Brasil devido inúmeras dívidas contraídas. (CARDOSO, 2001, p. 14)

Os conflitos mobilizaram a imprensa, principalmente jornais locais, que noticiavam, nas manchetes, o clima de medo na área do acampamento. Os acampados tinham sua imagem associada a invasores e transgressores da lei. Alguns assentados disseram que mesmo os colonos de propriedades vizinhas evitavam contatos com os integrantes do acampamento, temendo perder suas terras. Diante da pressão, por parte dos fazendeiros, e do clima de conflito estabelecido, com o atentado contra o integrante do acampamento, os integrantes do MST organizaram manifestações que prometiam resistir às tentativas de despejo ou violência contra qualquer membro dos acampados. Foi o que um jornal local registrou, como pode ser visualizado na figura 02.



Figura 02: Manifestação no Acampamento João Batista II

Fonte: Jornal liberal, novembro de 1998

A ocupação e a resistência na terra são formas de luta. Segundo Fernandes (1999) trata-se de um instrumento político de pressão dos movimentos sociais, pela

realização da reforma agrária. A ocupação possibilita a recriação do campesinato, posto que, com essa ação política e a posterior conquista da terra, o camponês se reinsere no mercado, ainda que dentro de uma relação de subordinação.

Como mencionamos no início da dissertação, consideramos os termos assentado e camponês como sinônimos, visto que os assentamentos rurais são espaços que possibilitam a recampesinização, como alude Marques (2008), referindo-se às mobilizações pela reforma agrária:

[...] as novidades dessa luta na atualidade são muitas, a começar pelo processo de *recampesinização* da família sem-terra que se dá com o assentamento destas. Esse processo representa um movimento em sentido oposto ao processo de proletarianização em curso no campo e que nega o poder incondicional e avassalador deste, demonstrando que a possibilidade de *recriação camponesa* não se esgota com a expropriação e migração destas pessoas para a cidade” (MARQUES, 2008, p. 65).

Shanin (2008) também se refere a esse processo, destacando sua ocorrência em diversas partes do mundo. Nesse sentido, aponta que:

[...] acontece em muitos países, entre eles o Brasil, em que pessoas que não são camponeses ou pessoas que são “sem-terra” recebem uma terra por meio de políticas de redistribuição fundiária. Há também, então, o processo de criação e recriação do campesinato. (SHANIN, 2008, p.24).

Esse processo de recriação se dá não somente pela ação de fixar uma parcela da população em uma propriedade rural. Na realidade, o contexto geral que envolve os processos de assentamento, tanto antes da ocupação quando depois da aquisição do título da terra, corroboram na reprodução camponesa. Antes da ocupação pelo intenso processo de mobilização, luta pela terra, formação política, e enfrentamento com os latifundiários, as mobilizações, os acampamentos e as marchas conduzem os sem-terra a criação de uma identidade na luta, que é fortalecida pelo horizonte social de conquista da terra.

Nessa conjuntura, após a construção dos assentamentos, o ambiente de convivência, a criação de associações rurais, o acesso ao crédito agrícola e os programas de beneficiamento da produção agrícola, também contribuem no fortalecimento da ocorrência camponesa, assim, um conjunto de fatores, incluindo as políticas de reforma agrária, são elementos que oportunizam a recriação camponesa.

O assentamento cria a possibilidade de antigos trabalhadores rurais, e mesmo desempregados urbanos, recriarem-se enquanto camponeses. Esse momento, de acordo com Zimmermann (1994), proporciona um processo de homogeneização, provocado pela luta, porquanto, em meio ao confronto com a polícia, agência do Estado e representantes do latifúndio, os sem-terra começam a tomar ciência do comportamento que os subordina e proletariza.

A ocupação, como informa-nos Fabrini (2011), é uma etapa do processo de territorialização camponesa é marcada por incertezas, ainda que já exista o componente territorial. Neste contexto, inúmeras adversidades incidem diretamente na recriação dos camponeses, no caso do assentamento João Batista II, a trajetória de vida de muitas famílias, que estavam habituadas a vida na cidade, somada ao medo da violência, resultaram na desistência da maioria dos ocupantes. A fala de uma assentada demonstra tal fato:

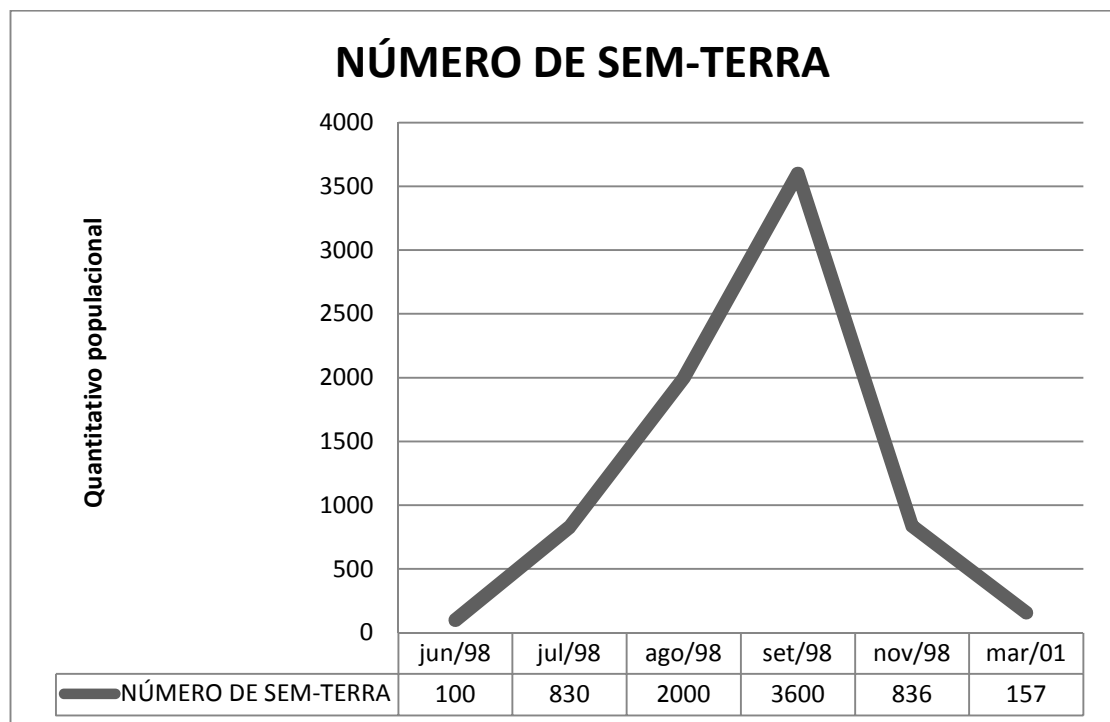
Quando entramos com oitocentos e trinta e quatro famílias, muitas voltaram, por que já pensavam que iam encontrar uma terra bem pertinho, uma terra boa, com tudo prontinho... É a realidade da cidade pro campo. Por que, a gente sabe que esses trabalhos de base que eles fazem (MST), é nas periferias. Então no meio desse povo vem aquele que foi agricultor, que sofreu o êxodo rural, saiu de dentro do campo foi pra cidade, não se adaptou e quando teve a primeira oportunidade voltou. Outros vieram da cidade atrás de terra, viver e depois vender, especulação de terra. Ai esses, que chegaram, viram essa realidade, esses foram embora. "Não tem um supermercado? um Shopping, perto?". Acostumado na cidade né? Mesmo na periferia, tem o público que vai pro Shopping, vai pra praças, quando não, no sacrifício, tem o cartão da Yamada, e aqui não tinha nada disso. Aí foi a "gota d'água", uns foram embora... Ainda ficaram umas setecentas e poucas famílias... Foi diminuindo e ficamos aqui em cento e cinquenta e sete famílias. (entrevista concedida por D. em 2011).

Os elementos citados, como a origem de alguns acampados, relacionam-se à composição social dos participantes do acampamento e posterior assentamento. No processo de mobilização, um grupo muito heterogêneo de sujeitos é inserido nas circunstâncias de luta pela terra. A estratégia de mobilização do MST funda-se no trabalho de base, nas periferias urbanas e áreas rurais circunvizinhas. Neste processo de mobilização, um grupo muito diversificado de sujeitos passa a conviver em um mesmo local, exigindo processos de adaptação e aprendizado.

Ainda que exista um grande esforço por parte do MST, para assentar todas as famílias, é comum o caso de desistência mesmo que o movimento tenha conseguido mobilizar um número expressivo de pessoas, que em dezembro de 1998 tinham

chegado a três mil e seiscentas. No processo de formação do assentamento, em março de 2001, somente cento e cinquenta e sete foram efetivadas nele. Os números do gráfico - 01 sintetizam a diminuição no quantitativo populacional.

Gráfico 01: Número de sem-terra que participaram das mobilizações, acampamento e assentamento no período de 1998 a 2001.



Fonte: PDA João Batista/2001 (adaptado)

O gráfico mostra a diminuição do número de trabalhadores no período que vai de junho de 1998, quando iniciam as mobilizações, à março de 2001, momento em que se efetiva o assentamento. A diminuição no número de participantes é prevista, e faz parte da estratégia do movimento, tendo em vista que este mobiliza o maior número de pessoas possível, o que normalmente garante êxito no processo de ocupação. Como destaca uma liderança do MST:

Tem gente que pensa que vai logo conseguir a terra. Mas não é assim. Tem gente que não aguenta a disciplina imposta pelo movimento e desiste, muita gente voltou para Ananindeua, porque não aguentou. Ficamos só com cento e cinquenta e sete famílias. (entrevista concedida por M. em 2011).

No que diz respeito à montagem e estruturação do acampamento, as primeiras casas foram construídas com madeira encontrada no próprio assentamento, sendo cobertas com lona preta. Como pode ser observado na foto 06, a área próxima ao acampamento foi desmatada e queimada para construção das primeiras roças.



Foto 06: acampamento João Batista II, ano de 1998.

Fonte: acervo pessoal de Márcio Costa, dezembro de 1998.

Os primeiros passos dos camponeses no Acampamento João batista II, ocorreram sobre o signo da precariedade estrutural e da subsistência mínima, nos termos utilizados por Wanderley (1996). As famílias dependiam de doações e das cestas básicas fornecidas pelo INCRA, a equipe de alimentação era responsável pela distribuição de forma mais equitativa dos alimentos, pois algumas famílias tinham uma número maior de pessoas, o que demandava maior quantidade de alimentos, desse modo, existia um controle no sentido de equilibrar a distribuição. A figura 03 mostra a chegada do caminhão e os trabalhadores descarregando os alimentos.



Figura 03: distribuição de alimentos Acampamento João Batista II, dezembro de 1998.

Fonte: Jornal liberal, dezembro de 1998.

A limitação de recursos resultou na limitação da reprodução camponesa, no que concerne a inserção no espaço produtivo. De acordo com Cardoso (2001) a recorrência ao extrativismo do açaí apresentava-se como uma forma de sobrevivência mínima. Outra estratégia utilizada pelos camponeses foi empregar-se temporariamente em propriedades vizinhas, como forma de suprir as necessidades alimentares da família. Segundo membros da direção, cada núcleo permitia que o acampado, saísse durante três dias da semana, para trabalhar fora do acampamento, como forma de garantir algum tipo de renda para sua família.

As primeiras atividades produtivas foram basicamente para a subsistência, pois, conforme nos evidencia Cardoso (op. cit.) no período de 1999 até 2000, não ocorreu a aquisição de financiamentos. As famílias, sem capital para investir, produziam individualmente, somente para sobrevivência. Nesse contexto, as discussões sobre o trabalho coletivo ainda estavam sendo introduzidas, sendo posteriormente materializadas na formação dos núcleos. Esta discussão será retomada no terceiro capítulo.

Para finalizar este capítulo, sinalizamos alguns aspectos do processo de formação do Assentamento João Batista II, que consideramos relevante. Primeiramente destacamos o grande número de pessoas mobilizadas, inicialmente, aproximadamente três mil e seiscentas pessoas, formadas, em sua maioria, por trabalhadores oriundos da Região Metropolitana de Belém. O trabalho de base se concentrou majoritariamente nas cidades de Castanhal e Belém.

Na base social do acampamento, um grupo muito heterogêneo, que ora tem seus interesses conflitantes, como no caso da adequação à disciplina do movimento, por parte de alguns; ora tem interesses convergentes, como ocorreu na resistência e nos conflitos com os fazendeiros da região. O ambiente de violência causa medo e a desistência de parte do grupo. Somado ao ambiente de conflito, a origem urbana de muitos acampados também contribuiu para diminuição no número dos que ocuparam a Fazenda Bacuri. Das oitocentas e trinta famílias que realizam a ocupação, somente cento e cinquenta e sete, efetivaram-se com o assentamento.

Outro elemento identificado nos primeiros anos do acampamento foi a precariedade estrutural. Como os ocupantes ainda não haviam conseguido colher sua pequena produção, as famílias dependiam da cesta básica, fornecida pelo INCRA, sendo que por diversas vezes os entrevistados relataram os atrasos e a má qualidade dos produtos.

CAPÍTULO III

DESAFIOS PARA REPRODUÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II: AS ATIVIDADES PRODUTIVAS E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL

O objeto deste capítulo é a reprodução sócioespacial camponesa no Assentamento João Batista II. Sendo assim, investigamos alguns elementos que limitam, condicionam ou impedem a reprodução camponesa, tomando como base as variáveis: atividades produtivas e organização social. Como foi exposto, no início desta dissertação, a escolha das variáveis resultou do contato com o campo, onde foram realizadas observações e entrevistas com assentados, na coleta de dados sobre as variáveis, identificamos alguns elementos que condicionam ou impedem a reprodução sócioespacial camponesa no Assentamento João Batista II.

Iniciamos a investigação do processo de reprodução camponesa, no assentamento, pela variável atividades produtivas. Entendida não somente como o ato de produzir os gêneros agropecuários, incluímos na composição da variável alguns fatores que influenciam e condicionam este processo. Neste sentido, englobamos a pobreza e desgaste do solo, endividamento dos assentados, falta de assistência técnica, produção e comercialização. Em síntese, pretendêramos identificar de que forma, no processo de construção do assentamento, foram organizadas as atividades produtivas pelos camponeses, assim como, seus processos atuais. Ressalvamos que a culminância da pesquisa deu-se em dezembro de 2012.

A segunda variável eleita foi a organização social, que tem relação direta com a primeira, ao passo que a forma como os camponeses se organizam interfere na estruturação da produção, assim, a organização é requisito fundamental no processo de mediação entre camponeses e outros atores, como por exemplo: o Estado e as instituições bancárias. Uma das principais dificuldades em termos organizativos é a fragmentação política do assentamento, visto que, as principais entidades de representação dos camponeses: duas associações e uma cooperativa têm protagonizado disputas pelo poder no interior do assentamento. As trocas de acusações, e as ações individualizadas, também são parte desse processo. Esse

panorama apresentado tem atingido diretamente a reprodução dos camponeses, fato que está ligado ao enfraquecimento político do assentamento, já que as ações de mobilização têm ocorrido de forma fragmentada com as entidades atuando isoladamente limitando-se a representação enquanto entidade jurídica dos assentados.

No primeiro item deste capítulo descrevemos a situação do solo em termos ambientais, bem como as atividades produtivas realizadas na área do assentamento, ações que resultaram no empobrecimento ainda maior do solo. No seguimento do texto, apresentamos as principais atividades produtivas, identificando três momentos destacados no PDA do assentamento, e um quarto baseando-nos nas observações em campo, ou seja, na produção em suas ocorrências atuais.

3.1. As atividades produtivas

O uso produtivo da terra na área no Assentamento João Batista II tem sido marcado por inúmeras dificuldades ligadas à pobreza natural do solo e seu desgaste decorrente da ação antrópica na região. Além da baixa fertilidade e a intensa ação do desmatamento, a terra ainda sofreu com a utilização da técnica do “corte e queima”, prática comum entre os imigrantes nordestinos, que colonizaram a região, ao construir pequenos vilarejos agrícolas ao longo da Estrada de Ferro Belém-Bragança. Esses pequenos agricultores foram sucedidos por fazendeiros e a área do assentamento utilizada, por vários anos, como local destinado à prática da pecuária bovina.

O território do assentamento, além de ter passado por um intenso desgaste provocado pelas atividades supracitadas, ainda possui limitações naturais que dificultam o desenvolvimento da agricultura no local. Os dados da tabela – 1 apresentam os percentuais dos tipos, e características, tanto do solo, quanto do relevo no PDA João Batista II. É notório o percentual de áreas cuja prática da agricultura é praticamente inviável como é o caso, dos vinte e cinco por cento de “pedra” identificados no Projeto de Desenvolvimento do Assentamento João Batista II, dados levantados pelo INCRA em parceria com instituições de pesquisa.

Tabela 01- Tipos de solos do Assentamento João Batista II: características e uso atual (2001)

Tipos de solo	Porcentagem	Uso atual
Barro, Pedra e Areia	60%	Pasto e cultivo de mandioca
Barro e Areia (Arenoso)	12%	Pasto, cultivo de mandioca e milho
Argila e matéria orgânica	3%	Extrativismo do açaí
Pedra	25%	Pasto, áreas degradadas

Fonte: PDA do assentamento João Batista II (adaptado)

Na observação, realizada por intermédio de trabalho de campo, observamos a permanência de uma significativa área de pasto, como pode ser identificada na Foto 07.



Foto 07- Área de pasto no Assentamento João Batista II

Fonte: Guilherme Junior, dezembro de 2011.

De acordo com a caracterização feita pela Secretaria de Estado de Planejamento Orçamento e Finanças (SEPOF), os solos do município de Castanhal, apresentam, em sua maioria, baixa fertilidade natural, realidade também verificada

na área do assentamento. O Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) João Batista II, assim descreve os solos:

possuem baixa fertilidade natural, geralmente ácidos, com elevados teores de alumínio trocável e baixa disponibilidade de fósforo, cálcio, magnésio e potássio [...] algumas áreas apresentam problemas de erosão que tem avançado progressivamente provocado pela ação das chuvas. As principais limitações para o uso do solo são: a baixa fertilidade natural, declividade, pedregosidade e a seca edáfica. Para realização da produção de culturas perenes ou temporárias deve haver a correção da acidez do solo e adubações. (PDA João Batista II).

Além do que foi descrito no PDA vários assentados também mencionaram a dificuldade para a prática da agricultura, tendo em vista a baixa produtividade e os altos custos, demandando a utilização de adubos para corrigir o pequeno valor nutricional do solo. Nas falas dos camponeses, algumas impressões sobre a situação da terra e das dificuldades de torná-la produtiva são notórias:

a terra estava toda desgastada era tudo capim, então com isso a lavoura branca não teve muita produção no começo [...] (entrevista concedida por N. em 2011).

[...] mesmo o arado, mas se não adubasse também não dava porque a terra tava sugada, então tinha que ser no adubo, aqui é muito fraco pra você plantar é uma dificuldade. (entrevista concedida por A. em 2012).

a terra aqui, tudo que planta dá, mas não dá de qualidade, por exemplo, se vai plantar aqui o milho, a mandioca ela vai dá mais diante de muito adubo, então, quando você for fazer o preço final, era melhor se você tivesse comprado o quilo da farinha. (entrevista concedida por S. em 2012).

[...] essa terra é cansada é melhor pra criar do que pra plantar, mas com adubo e boa vontade você consegue produzir. (entrevista concedida por M. em 2012).

As atuais condições do solo configuram-se como um fator de limitação para reprodução camponesa, posto que, a terra é seu principal meio de produção, sua exploração, através do trabalho familiar, é a mais segura estratégia dos camponeses para se manter no campo. A prática da agricultura visa garantir segurança alimentar das famílias camponesas, bem como gerar recursos para manutenção da propriedade. A necessidade do adubo para correção do solo é um elemento que aumenta o custo da produção e onera os trabalhadores, que possuem, em sua

maioria, baixo poder de investimento. Neste sentido, como foi evidenciada em uma das entrevistas, a produção da farinha não produz ganhos financeiros satisfatórios às famílias assentadas.

Além da pobreza natural do solo, e da escassez de recursos, a falta de assistência técnica tem sido uma constante na área do assentamento, com alguns relatos apontando para essa demanda que foi sentida de forma mais latente, dada a composição social do assentamento, já que, a maioria das pessoas que participaram da ocupação não possuía experiência com o trabalho na terra como enfatizam as falas abaixo:

faltou orientação, assistência técnica. Foi liberado o projeto, o técnico assinou o projeto, mas a contratação veio uns seis meses depois. Na hora do implante faltou isso aí, a orientação técnica. As pessoas contam que teve muita gente que foi plantar o açaí, e não tirou nem do saquinho (risos)... Deveria ter a assistência técnica orientando. (entrevista concedida por L. em 2011).

No tempo de núcleo houve uma falta de acessoria técnica pro trabalho com a terra. Já que os assentados, a maior parte, não tem uma vivência com a terra... Nosso caso aqui, o trabalho com a terra, o açaí e o gado, devíamos ter um agrônomo pra fazer uma análise do solo, vê que tipo de correção devia ter esse solo e que tipo de plantio deveria ter esse solo. Tipo, cana aqui dá muito bem. O gado... Eu lembro que esse lugar sempre tinha urubu, o pessoal não sabia cuidar, as vezes a vaca tava parindo, não sabia o que fazer, morria, perdia bezerro. (entrevista concedida por N. em 2011).

Essas falas dos assentados fazem referência à falta de assistência técnica necessária, ao manejo do solo e à prática da pecuária, uma vez que, os primeiros projetos desenvolvidos no assentamento, estavam ligados à extração do açaí nativo e à pecuária bovina. O exemplo referido mostra uma das problemáticas da reprodução camponesa nas áreas de assentamento, porque, em grande medida, a conquista da terra não significa plenas condições de criação de um trabalho autônomo, com os camponeses produzindo e vivendo no campo em condições dignas. As políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar têm sido ineficientes no que diz respeito à melhoria na vida das populações rurais.

Luxemburgo (1976) chama atenção para o fato de que o cultivo da terra e a criação de animais voltados à alimentação foram requisitos fundamentais para que as primeiras sociedades pudessem ter uma produção e um consumo regular. De acordo com esta autora a reprodução depende de condições técnicas e sociais.

Fundamentando-nos em seu pensamento, podemos asseverar que as condições técnicas e sociais, impostas aos camponeses do Assentamento João Batista II provocaram, sérias restrições à sua reprodução. A pobreza natural do solo, a falta de conhecimento no trabalho agrícola e a ineficiência da assistência técnica, condicionaram a subutilização da terra, apresentando como principais consequências, a predominância da área de pasto no assentamento, e o abandono da produção agrícola pela maioria dos camponeses.

A produção é uma necessidade para as famílias camponesas nos assentamentos rurais; a conquista da terra é apenas o início de uma série de demandas que surgem depois da desapropriação da fazenda. Os primeiros anos do Assentamento João Batista II, foram marcados por muitas dificuldades especialmente as ligadas à insegurança alimentar dos camponeses. O Projeto de Desenvolvimento do Assentamento divide a organização da produção em três fases. Ademais, propusemos uma quarta, tendo como base os trabalhos de campo, realizados até dezembro de 2012. Nela, foram retratados os processos atuais, depois da individualização dos lotes.

- A primeira fase (1999-2000), na qual a produção ocorre de forma individualizada, estando limitada à pequenas roças e à criação de alguns animais (ave e suínos). Nesse período já existia a mobilização no sentido de introduzir o sistema coletivo.
- A segunda fase (2000-2001) caracteriza a transição entre o trabalho individual e a forma coletiva. Embora se predomine a produção individual, algumas ações, como as roças coletivas e os mutirões, já se faziam presentes. Um dado que assinala esse período de transição foi a aquisição dos primeiros créditos, razão pela qual as famílias decidiram investir de forma coletiva na aquisição de gado, por exemplo.
- A terceira fase (a partir de 2001) é marcada pelo momento em que as famílias recebem créditos e fazem maiores investimentos de forma coletiva.

- A quarta fase (2005-2012), fase mais recente, na qual os lotes foram individualizados, e o trabalho, no sistema coletivo, é abandonado, deu-se enfoque à realidade dos trabalhadores que ainda possuem produção agropecuária no assentamento.

A primeira fase destacada no PDA é do ponto de vista prático, a efetivação do processo de territorialização camponesa, logo, neste contexto, os acampados dão início, por mediação das suas práticas produtivas, a resignificação do território da Fazenda Tanari, que por longo período destinou-se à pecuária extensiva, e com a chegada das famílias sem-terra, uma nova dinâmica territorial é forjada. O pasto foi substituído por pequenas plantações de gêneros voltados ao consumo das famílias e o espaço contínuo da propriedade é trocado por pequenas áreas, destinadas às famílias e aos núcleos de produção.

A vida e a produção são marcadas por inúmeras dificuldades, sendo as mais latentes ligadas ao cultivo e à alimentação dos acampados. As áreas dedicadas à produção eram muito pequenas e os recursos escassos, já que os agricultores, em sua maioria, não possuíam capital para investir na lavoura, que estava voltada, quase que exclusivamente, ao consumo familiar. O trabalho ocorria de forma individualizada em pequenas roças com a exploração de mão de obra familiar, o consumo destas famílias, baseava-se em quatro fontes básicas, quais sejam: a produção oriunda das roças, a cesta básica disponibilizada pelo INCRA, doações e os trabalhos temporários de alguns membros da família nas fazendas circunvizinhas.

Inicialmente a estratégia produtiva dos camponeses baseou-se na policultura destinada à subsistência das famílias, além dos alimentos produzidos diretamente para o consumo; a nutrição era complementada com as cestas básicas distribuídas pelo INCRA, e doações adquiridas junto aos armazéns na cidade de Castanhal. Os camponeses encontraram inúmeras dificuldades para garantir sua segurança alimentar, e produzir na terra, como se percebe nos excertos abaixo, provenientes das entrevistas:

[...] a gente produzia o feijão, a mandioca, a macaxeira, a batata o jerimum, então isso tudo serviria para o sustento daquele núcleo, daquele grupo de família, então a produção era essa. O INCRA contribuía com cesta básica, mas nem sempre, chegavam. (entrevista concedida por assentado C., em 2011).

A gente plantava num lotezinho que deram, acho que tinha cinco por trinta, pelo menos eu e outras pessoas plantamos hortaliças, gergelim, amendoim, só pra se manter, porque a necessidade de alimentação era muito grande. Tinha a cesta básica do INCRA, mas era mais o fubá, hoje tem gente que não aceita o fubá de jeito nenhum aqui, era um feijão que a gente colocava de manhã fervia o dia todo tomava o caldo no outro dia fervia de novo e não amolecia... Mas é a resistência, o acampamento é resistência, se não tiver resistência a gente desiste muito fácil. (entrevista concedida por assentado B., em 2011).

[...] tirava uma comissão pra sair em redes de supermercado, armazém, pedindo doação pra nós... Ou liberava pra trabalhar, ia uns três, quatro do grupo de família pra trabalhar e trazer alguma coisa pra cá, tinha esse negócio, enquanto não vinha a cesta básica. Aí, quando veio a cesta básica não melhorou tanto, porque nessa época, vinha só o feijão o óleo, o milho e o arroz, era o básico que vinha. E agora como é que ia fazer o café? O “pedaço” (Carne), que não vinha. O pessoal até hoje fala que o feijão que vinha era o feijão “bala”, que cozinhava hoje pra comer amanhã, porque era muito duro. (entrevista concedida por L., em 2011).

[...] a gente passava a semana comendo maxixi... O que agente plantava era macaxeira, não tinha pedaço (carne), não tinha nada, era só quando aparecia uma doação é que agente tinha um pedaço de comida, peixe, que o pessoal pescava, nós passamos um período crítico de fome. A produção era só pra consumo. (entrevista concedida por A., em 2011).

O cenário social descrito exemplifica a situação de precariedade estrutural vivenciada pelos camponeses nas áreas de acampamento, porque ocupar ainda é um passo inicial no processo de territorialização dos camponeses. No acampamento, que deu origem ao Assentamento João Batista II, as principais dificuldades foram: as pequenas áreas destinadas à plantação, escassos recursos para investimentos na propriedade, produção voltada quase que exclusivamente ao sustento do grupo doméstico; dependência das cestas básicas distribuídas pelo INCRA e das doações adquiridas em armazéns.

A situação de acampado produz várias demandas, principalmente alimentares, que não são supridas de forma eficiente pela política de reforma agrária. A distribuição de cestas básicas, direcionada pelo INCRA, não supre a necessidade dos camponeses que se veem obrigados a trabalhar em fazendas da região para trazer alimento à sua família. A dificuldade na aquisição de alimentos gerou a diminuição no número de famílias acampadas (ver gráfico - 01), como mencionou a primeira entrevistada: o acampamento é resistência já que fixar-se na terra não é garantia de permanecer condignamente neste espaço.

A resistência dos acampados ocorre sobre duas prerrogativas básicas. Primeiramente o enfrentamento com os latifundiários, visto que, a ocupação de uma fazenda significa contradizer os interesses de oligarquias rurais. A segunda

prerrogativa é a ineficiência da política pública em equacionar demandas das populações rurais, como destaca Carte e Carvalho (2010), nos últimos anos a reforma agrária tem sido utilizada mais como uma resposta à pressão social, e objetiva, unicamente, apaziguar conflitos rurais, destarte, sua ação é limitada uma vez que não fortalece a agricultura camponesa restringindo-se à distribuição de terras. A reprodução dos camponeses, nesse primeiro momento identificado pelo PDA, ocorre de forma restrita, tendo como principais fatores de limitação: a escassez de alimentos, a pequena produção, a ausência de recursos e a dependência para com o INCRA.

Na segunda fase, identificada pelo PDA, como período de transição do trabalho individual para o trabalho coletivo, diversas contradições são percebidas, principalmente ligadas à dificuldade de adaptação das famílias ao modelo de produção coletiva. Dos contratempos, oriundos deste novo processo, destacam-se dois: a forma de inserção do trabalho feminino, nas áreas de produção, e a participação dos assentados, no regime de trabalho coletivo. Tais contradições devem ser entendidas no contexto da reprodução camponesa na relação camponês-MST.

A proposta do MST foi, desde o princípio, trabalhar no sistema coletivo a defesa deste modelo teve um caráter mais prático, pois viabilizou a aquisição de parte do financiamento para as famílias, e um caráter ideológico, sustentado por parte dos integrantes do movimento que veem no modelo de produção coletivo maior viabilidade aos assentamentos, como destaca Fabrini (2006). No entendimento do MST, a produção individual nos lotes é um obstáculo a ser combatido, pois, segundo o movimento, este tipo de produção inviabilizaria a progressão econômica e social dos assentados, portanto, o movimento deve incentivar a formação de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), entidades que fortalecem as práticas coletivas nos assentamentos. Dentro desta perspectiva do MST é que se optou pela forma coletiva no Assentamento João Batista II, como enfatizam as falas de duas lideranças do movimento:

Nessa época, todos os trabalhos, todos os projetos iam ser coletivos, foi uma das formas de defesa pra gente pegar o projeto. Porque, nessa época, era doze mil reais por família, mas como a área não dava, dava na época meio lote para cada um, então não tinha viabilidade pra receber o projeto, mas no coletivo dava, porque você colocava no coletivo uma área de pastagem, uma área pra você trabalhar com outra

linha de produção, ou fruto de modo geral, então isso aí dava viabilidade (entrevista concedida por M., em 2011).

O coletivo é muito melhor, você tem mais mão de obra e em menos tempo, você acaba o serviço, no individual não dá pra fazer assim... (entrevista concedida por I., em 2011).

No período destacado pelos entrevistados, residiam no assentamento pouco mais de oitocentas famílias, a capacidade máxima da área era de cento e cinquenta e sete famílias, desta feita, a decisão pelo projeto, no sistema coletivo, objetivava favorecer o maior número de famílias possível de forma imediata, dada às precárias condições de vida, no assentamento, nesse contexto. A adesão ao sistema coletivo oportunizou a produção, nesse primeiro momento, no entanto, esse processo não ocorreu sem contradições na sua execução, pois há o caso da adequação do trabalho das mulheres na proposta coletiva de uso da terra.

O trabalho feminino no sistema coletivo/semeioativo se mostrou insustentável do ponto de vista físico, porque as mulheres deveriam realizar uma quantidade de trabalho equivalente aos homens, assim como, cumprir com as tarefas propostas. Nas falas abaixo, as impressões de dois assentados (um homem e uma mulher), sobre a realização do trabalho feminino:

No (trabalho) coletivo ficou um período assim de uns cinco anos... O trabalho coletivo é bom, mas quando não se entende não consegui avançar. A gente começou com o trabalho, aí todo mundo trabalhava igual, eu capinava, mulher, todo mundo tinha que trabalhar igual, pra dizer que contou o dia, que contou o trabalho. Tipo um trabalho escravo. Eu sei que trabalho coletivo é bom, mas não pra ficar daquele jeito aquela força de trabalho igual homem e mulher. Eu, na minha concepção, eu acho que isso não é certo, tem que ser melhor dividido os trabalhos, não sei... Sei que era muito sacrifício. A gente tinha que competir com a força do homem, se o homem fizesse meia tarefa de capina, a gente tinha que fazer meia tarefa também. Eu capinei muito, esse capinzão alto arrancava igual. (entrevista concedida por A., em 2011).

Nós fazíamos de primeiro no “enxada”, tirava o “braquiário” aí, multidão de gente! Virando capim na enxada. Quando dava onze horas da manhã, tinha mulher que dava até agonia, dava “vertigem”, caía, todo mundo trabalhava, criança, jovem, arrastando capim na hora que não estavam estudando, estavam lá carregando capim na cabeça, jogando pros aterros. Uma luta assim que não é pra todo mundo. (entrevista concedida por M., em 2011).

No discurso da assentada, podemos identificar o quão penoso era a realização do trabalho nesse sistema, “tipo um trabalho escravo”, a necessidade de equiparação produtiva das forças de trabalho feminina e masculina, colocava-se

como uma regra de inserção social. Neste sentido, longe de demonstrar uma inaptidão ou fragilidade deste seguimento, evidencia-se a exposição da mulher a um trabalho extremamente exaustivo, cuja realização ocorre tanto na “roça” quanto na “casa”. Segundo Garcia (1983), no ambiente de trabalho camponês, estrutura-se certa hierarquização das atividades, o lugar de realização do trabalho/produção (a roça), é distinto do lugar do consumo (a casa). Essa dicotomia também hierarquiza as atividades; o trabalho feminino é diminuído nessa relação produção-consumo.

Além das contradições percebidas na inserção do trabalho feminino, a adequação, de modo geral, dos membros do assentamento ao trabalho coletivo se mostrou uma dificuldade, sobretudo no que diz respeito à disciplina no cumprimento e assiduidade dos participantes dos núcleos, as ausências geravam conflitos internos, fato que posteriormente enfraqueceu a própria manutenção do trabalho no sistema coletivo, como relata o entrevistado abaixo, que é ex-presidente de um núcleo de produção:

Nós tiramos o recurso coletivo. Grupo de dez pra baixo, uns de cinco, outro de seis, tinha núcleo de oito. E tudo era pro núcleo. Começamos trabalhar assim. É bom! Mas... Se na verdade todos tivessem os mesmo objetivos, o mesmo rumo de crescer junto seria melhor. Porque trabalhava-se coletivamente tudo se produzia. Tirava-se o capital, o capital de giro pra tornar a comprar semente, “aradar”, etc. O lucro é dividido entre as famílias, nós vivíamos do lucro. Sempre deixando uns dez por cento, vinte por cento, pra ir aumentando a produtividade. Mas chega um momento que... Pra você ver, que nem os dedos da mão é igual, o cara se “dana” a adoecer, outro vai ali na rua não vem (trabalhar) e começa a ficar dois, três trabalhando e enrola tudo e a produção vai caindo, mas na hora de dividir, tem que ser entre todos, cê ta entendendo como é que é? Chega uma situação, que o “caba” fica sozinho, pelejando, trabalhando e o pessoal, no meio do mundo né? (entrevista concedida por M., em 2011).

A ausência de alguns assentados revela a dificuldade de seguir o regime imposto pelo sistema coletivo e semicoletivo, o que gerava conflitos, principalmente no momento da partilha dos rendimentos da produção. Quem não ia trabalhar, deveria pagar pela falta, todavia, alguns assentados não aceitavam e as desavenças principiaram a surgir. Com o trabalho sendo realizado somente por uma parte dos membros, a capacidade produtiva do núcleo foi diminuindo, e, por conseguinte, os rendimentos também. A falta de recursos impossibilitou o pagamento do empréstimo ao banco e começaram, então, as propostas de venda dos animais para pagar dívidas, como destaca um assentado: “chegou um tempo que não teve jeito, dividimos o gado, e o pessoal vendeu pra pagar o banco”, a maioria das famílias se

desfez do patrimônio obtido com empréstimos e o endividamento atingiu a quase totalidade dos assentados, como confirmou uma liderança do assentamento: “você pode perguntar: quem não tá devendo? é a maioria! só não os novos assentados, mas esses são poucos”.

A terceira fase é considerada a partir de 2001 quando a produção ganha maior efetividade dada à aquisição das verbas do PRONAF. As famílias receberam a quantia de R\$ 12.000,00 (doze mil) reais, dinheiro que era repassado aos coordenadores dos núcleos e os eles tinham que prestar contas com a APROCJOB, primeira associação criada no assentamento. Os beneficiários optaram por investir em três linhas de produção, quais sejam: a lavoura branca (arroz e feijão), gado leiteiro e de corte, e o açaí. Os projetos foram propostos baseados no PDA do assentamento, documento que identificava aptidões e potencialidades produtivas do João Batista II. Os projetos citados foram marcados por fracassos, como mencionou um assentado, referindo-se as três linhas de produção: “o açaí morreu porque não teve água pra irrigar, o gado foi quase todo vendido (...) e a lavoura é aquela historia, tem ano que dá, outros nem tanto”.

As três linhas de produção (lavoura branca, gado e açaí), tinham objetivo de estruturar economicamente o assentamento, garantindo alimentos e produtos destinados a comercialização, bem como reservas “poupança”, como o gado, para eventuais necessidades. A produção agrícola objetivava suprir a necessidades alimentares das famílias, neste sentido, optou-se pela lavoura branca, com culturas voltadas a subsistência, tais como: feijão, milho, arroz, macaxeira além de culturas perenes, à exemplo da banana e do mamão. Como já foi evidenciado anteriormente a pobreza natural do solo e a falta de assistência técnica incidiram diretamente na baixa produtividade desta linha de produção, fato que dificulta a reprodução dos camponeses dada a inconstância da produção da lavoura.

A segunda linha de produção foi o açaí, que seria destinado à comercialização, gerando assim recursos aos assentados. A forma de produção indicada foi o açaí irrigado com as mudas, sendo plantadas em terra firme, longe das áreas de várzea. Os camponeses chamam esse tipo de cultura de “açaí no seco”. Cada núcleo escolheu uma área, preparou as covas e fez a adubação. Neste sistema também estava previsto a construção de infraestruturas para viabilizar a produção, desse modo, foram adquiridas para os núcleos: tubulação, estrutura para

caixa d' água, bombas e poços artesianos. Entretanto, a demora na instalação elétrica, nos lotes, resultou na perda da produção do açaí, como enfatizou um o entrevistado:

Todos os núcleos construíram a estrutura para caixa d'água, toda a tubulação, bomba, e pediu para a empresa cavar o poço, tudo isso teve um custo. E se plantou o açaí, quatro anos depois com o “Governo Lula”, é que foi a energia pros lotes. Moral da estória, a maioria dos núcleos já tinha perdido seu açaí. (entrevista concedida por N., em 2011).

A terceira linha de produção foi o gado leiteiro e de corte. A todos os núcleos compraram animais, entre vacas e bois. Eles foram alocados em currais coletivos, sendo que as famílias, de cada núcleo, deveriam se revezar no trato dos animais. Como foi aludido anteriormente, o projeto do açaí não foi bem sucedido, o que gerou um processo de endividamento das famílias. Além disso, a baixa produtividade das lavouras também foi um problema vivenciado, o que fez com que os assentados propusessem a venda dos animais e a distribuição de forma individual entre as famílias dos núcleos. Tal processo foi responsável pela desestruturação da maior parte dos núcleos, que passaram a trabalhar de forma individual com as famílias produzindo em seus lotes.

A quarta fase, data de 2005-2012, tem início depois da reindividualização dos lotes, realizada pelo INCRA, concomitante ao processo de fragmentação política do assentamento conhecido como “racha”⁹. A individualização dos lotes foi realizada por uma prestadora de serviços e atendeu basicamente a critérios técnicos, deste modo, muitos assentados ficaram prejudicados, pois as áreas já beneficiadas, que até então eram coletivas, foram individualizadas e as estruturas concentradas em alguns lotes individuais. Muitos assentados tiveram que recomeçar a produção em uma área tomada por capim. Diante de tal realidade, o processo de reprodução sócioespacial de um grande número de assentados, foi prejudicado.

A produção de forma individualizada continua sendo majoritariamente familiar, sendo que os camponeses optaram pela associação de produtos destinados ao consumo doméstico, as chamadas roças (feijão, milho e macaxeira) e produtos voltados à comercialização, com destaque para o açaí, farinha e leite. A situação dos lotes não é homogênea, não obstante ocorre a predominância de propriedades com dificuldades infraestruturais, especialmente ligadas à falta de água encanada,

⁹ Sobre isso, versaremos no tópico que trata da organização política.

casa de alvenaria, máquinas para trabalhar a terra e adubos para corrigir o solo. Na foto 08, há dois lotes que ilustram a situação de precariedade em termos de infraestrutura.



Foto 08 – Lotes do Assentamento João Batista II

Fonte: Guilherme Junior, março de 2012.

Na foto – A, o agricultor utilizou a adubação orgânica como estratégia produtiva de enriquecimento do solo, nesse caso o capim retirado de sua propriedade é reutilizado na cobertura de sua plantação de macaxeira. Essa prática é uma das principais alternativas observadas para a manutenção da produção agrícola no assentamento, dado o baixo poder de investimento dos agricultores. A foto - B também exemplifica a falta de infraestrutura nos lotes, posto que a ausência de casas de alvenaria e água encanada são fatores que impedem a permanência definitiva das famílias nos lotes que, segundo os entrevistados, facilitaria o trabalho nas suas propriedades. Assim nos relatou um assentado: “meu lote não tem água, por isso não dá pra ficar lá, quando é inverno é melhor que você ainda tem chuva, mas, sem água o caba não vive”.

Outras situações observadas nos lotes estão retratadas na foto 09, que apresenta uma área de pasto alugada e uma plantação de açaí.

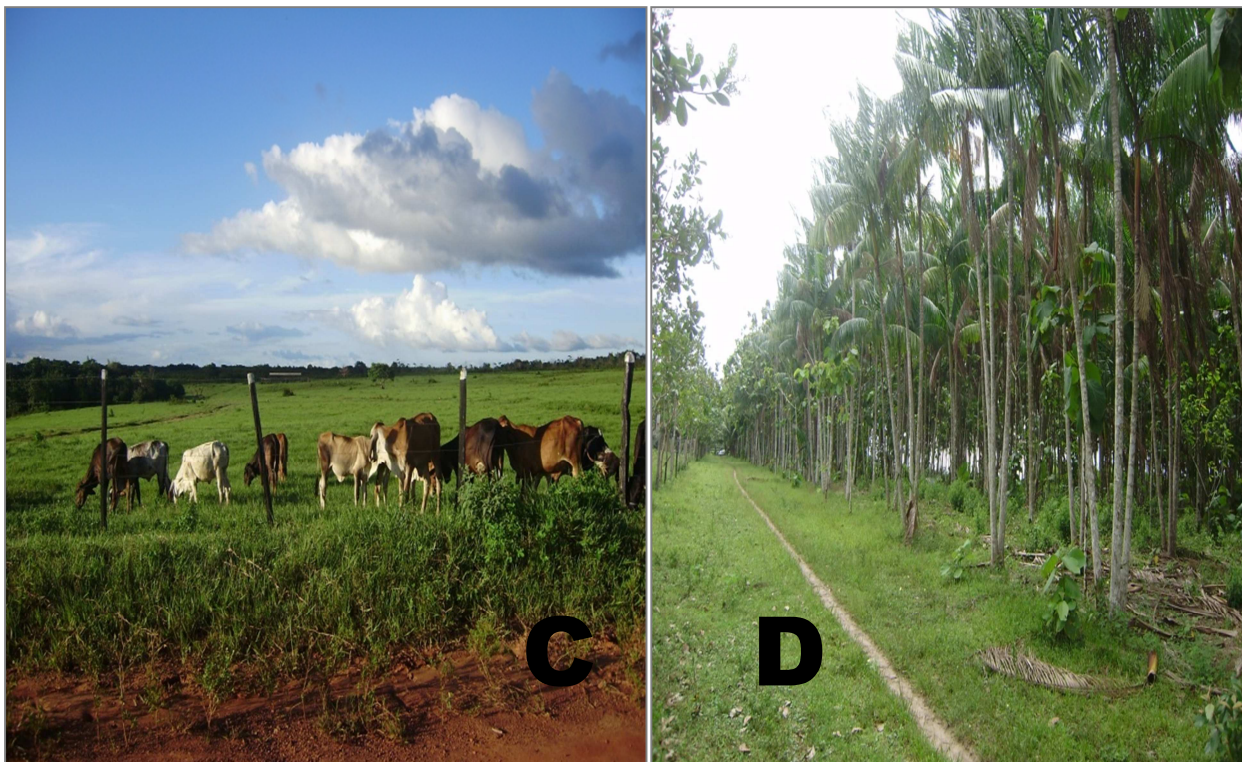


Foto 09: lotes do Assentamento João Batista II

Fonte: Guilherme Junior, março de 2012.

A foto – C retrata uma realidade crescente na paisagem do assentamento, ou seja, a existência de áreas tomadas por pasto, sendo utilizadas para a pecuária bovina. Das entrevistas concedidas, praticamente a totalidade dos assentados mencionaram de uma forma ou de outra a existência do aluguel de pasto. Segundo as informações, o aluguel ocorre por mês, estando a preço vinculado ao número de cabeças de gado. O valor tem variação entre R\$ 10 e R\$ 15 reais por cabeça. Os fazendeiros das áreas circunvizinhas são os que mais alugam. Não realizamos, na pesquisa, uma quantificação dos agricultores, que não possuem produção agrícola, todavia, pela observação e análise das entrevistas, trata-se do maior grupo. Programas sociais complementam a renda destas famílias.

A foto – D corresponde a um caso particular em que o agricultor possui boa infraestrutura estando seu lote a poucos metros da agrovila do assentamento. Em sua propriedade existe uma extensa plantação de açaí, “herdada” já da época da

individualização dos lotes. Além do açaí, o assentado é o único que comercializa diariamente leite, realizando também a venda de bezerros no final do ano. Sua propriedade ainda possui capineira, curral, plantação de teca e cana de açúcar.

Como foi mencionado, as propriedades não são homogêneas, no entanto a precariedade em termos de infraestrutura é notória na maioria dos lotes. As estratégias produtivas têm se baseado na policultura, com a associação de gêneros voltados ao consumo do grupo doméstico e à comercialização. Nas áreas com menor infraestrutura, a ênfase é na lavoura branca, sobretudo o feijão, o milho e a macaxeira, sendo que esta última também é comercializada. O trabalho familiar é o predominante, salientando que é comum a vinda de filhos de assentados, mesmo que estes já tenham constituído família. O aluguel e a venda de lotes constitui uma prática constante no assentamento o que resulta da dificuldade que muitas famílias encontram de se reproduzir enquanto camponeses.

A comercialização ocorre de segunda a sábado, em duas feiras na cidade de Castanhal. O transporte da produção é feito, por intermédio de um ônibus, juntamente com os passageiros que vem pra cidade. O “carro”, como eles chamam, sai do assentamento às seis horas, chegando à feira por volta de sete horas da manhã. A primeira parada fica na feira central da cidade, onde outros ônibus, vindo de áreas rurais circunvizinhas, também estacionam para comercializar sua produção. Observamos que o transporte do assentamento é um dos últimos a chegar à feira, normalmente às sete da manhã.

Acerca dessa questão, ao entrevistarmos o motorista sobre o atraso na chegada do ônibus ele, nos justificou que se deve às péssimas condições da estrada que liga o assentamento a cidade. Nas palavras dele: “saímos de lá seis horas, mas o ramal tá ruim, o pessoal não entende, mas a gente não pode corre se não quebra o carro”. O início das vendas na feira é por volta das quatro horas da manhã. A venda dos produtos ocorre quando ônibus para, momento em que os atravessadores entram no ônibus para negociar a compra, como mostram as fotos.



Foto 10 – ônibus do Assentamento João Batista II em um dos pontos de comercialização

Fonte: Guilherme Junior, junho de 2012.

As formas mais comuns de negociação entre os assentados e os compradores são o “contrato”, quando o atravessador encomenda antecipadamente os produtos via telefone, indo, o assentado, somente entregar a produção e receber o dinheiro, ou a venda direta. Observamos que os atravessadores “marreiteiros”, como são chamados, negociam com os assentados no interior do ônibus, havendo inclusive certo tumulto para entrar no ônibus. Como afirmamos os produtos são transportados no interior do ônibus, que também transporta as pessoas do assentamento até Castanhal, saindo seis da manhã e retornando ao meio dia; na foto os produtos acomodados dentro do ônibus. Na foto 11 foram retratados dois dos principais produtos comercializados, a farinha que durante o ano de 2012 apresentou um ligeiro aumento de preço e o açaí de é mais comercializado no período de safra, cujo pico ocorre entre os meses de fevereiro e julho.



Foto 11 – Produtos transportados no interior do ônibus do Assentamento João Batista II

Fonte: Guilherme Junior, junho de 2012.

A comercialização da produção no Assentamento João Batista II, tem se caracterizado pela grande dificuldade de inserção no mercado, além dos baixos preços dos produtos agrícolas, como relata um entrevistado sobre esse processo, destacando duas experiências como banana e jerimum.

Se é difícil produzir, mais difícil é conseguir um espaço no mercado para colocar a produção. Eu lembro, nos do núcleo 7, fizemos um plantio de 1800 mudas de bananeiras e quando começamos colher... O dono do ônibus era do nosso núcleo. Uma vez nos colocamos setenta cachos de banana pra vender na cidade, ele voltou com toda a banana, também nós certa vez, fizemos uma pesquisa, nas principais redes de supermercados, decidimos vamos plantar jerimum. Aí vimos o preço em um lugar, 1, 70 o quilo, 2,10 o quilo, 1, 80 o quilo, eu digo vamos plantar. Nós plantamos e colhemos mais de quatro toneladas. Quando fomos vender ninguém queria nos pagar mais de 0,30 centavos o quilo, a gente acabou dando pro gado e muita coisa apodreceu (entrevista concedida por N. em 2012).

A situação relatada deve ser investigada no contexto da sujeição da renda camponesa ao capital e a subvalorização do seu trabalho, visto que, os atravessadores, ainda que não sejam os grandes beneficiários, compõem a rede

comercialização de explora o trabalho camponês praticando baixos preços, levando muitas vezes o assentado a se recusar negociar sua produção pelos baixos preços praticados.

Fatores econômicos como a sujeição da renda da terra ao capital pode desagregar o campesinato, provocando a marginalização e a pauperização dele, pois o capital explora o trabalho camponês subordinando a sua produção. E é em seu produto que está contido o trabalho da família. Nesses casos, o capital utiliza a produção camponesa como uma forma de garantir sua própria expansão. É no aumento das relações comerciais, que os capitalistas extraem parte da renda camponesa.

A produção da unidade familiar gera produtos que constituem matéria-prima para várias industriais, além de fornecer gêneros agropecuários necessários à população. Os comerciantes leiam-se atravessadores (início) e as grandes redes de supermercado da região (receptor final do produto) impõem baixos preços aos produtos oriundos do Assentamento João Batista II, até mesmo porque os camponeses não dispõem de locais de armazenamento, fato que os obriga a vendê-los com preços muito baixos, obtendo, assim, lucros muito insipientes se comparados com os ganhos dos comerciantes mencionados. Entendemos, assim, que o capital controla a produção e explora o trabalho camponês na circulação, e concordamos com Oliveira (2010) quando menciona que a produção camponesa é subordinada na circulação dos produtos.

A reprodução sócioespacial do campesinato nos assentamento rurais pode ser sintetizada como a potencialidade que esse grupo tem de se recriar, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista econômico, através de suas práticas sociais. As atividades produtivas garantem a reprodução da família camponesa em duas perspectiva: primeiramente por produzir alimentos destinados ao consumo familiar, além de gerar renda através da comercialização do excedente da produção. E a segunda porque as atividades produtivas também são fontes de ocupação da mão de obra camponesa, que tem na intensificação do uso da mão de obra uma maneira de garantir trabalho aos membros do núcleo familiar.

A organização das atividades produtivas garante além das necessidades básicas de produzir a terra e dela retirar os recursos necessários a sua manutenção, garante também a reprodução do modo de vida camponês que tem na terra, na

família e no trabalho seus pilares de sustentação. Neste sentido, os camponeses, ao garantir seus meios de existência, produzem também sua vida material. Como destaca Luxemburgo (1976), para que ocorra a reprodução, algumas condições devem permanecer, no caso dos camponeses, a manutenção dos instrumentos de trabalho, a terra como principal meio de produção e a força de trabalho majoritariamente familiar, são elementos estruturantes da sua reprodução socioespacial.

3.2. Organização Social

A organização social é a capacidade que os sujeitos possuem de estabelecer cooperações que viabilizem a sobrevivência da coletividade (RAYMOND, et al, 1990), ainda segundo este autor o objetivo da organização é conseguir dos seus membros o mínimo de cooperação, indispensável à sobrevivência do grupo. No caso do assentamento estudado a organização foi direcionada primeiramente pelo MST, que conduziu o processo de mobilização e ocupação das famílias para formação do assentamento, deste modo, por oito anos a dinâmica de organização da comunidade foi direcionada por esse movimento social. As reuniões, os setores políticos, os processos de formação, bem como, o direcionamento das atividades econômicas eram todos coordenados pelo MST.

Dentro da perspectiva do movimento, os trabalhadores devem ser direcionados politicamente através de cursos de formação. Esse processo é uma maneira do MST conseguir renovar quadros e conseguir novos militantes. Uma assentada nos relatou que a formação política desenvolvida pelo movimento era um fator importante, pois os assentados adquiriram maior conhecimento sobre o processo político do país. Nas suas palavras: “agente foi formado politicamente dentro do assentamento, tinha assentado que não sabia ler, mas era ‘conjunturado’, ainda hoje você conversa, sabe que eles têm um conhecimento”. Neste ambiente de hegemonia do MST que foi criada a primeira associação APROCJOB, no ano de 2000, congregando todos os integrantes do assentamento. Os primeiros projetos foram direcionados a esta entidade.

Em 2005 houve um acontecimento que marcou a organização interna do assentamento. O episódio foi que alguns integrantes, da direção do movimento,

foram expulsos sobre a acusação de desvios de recursos, tal fato ganhou maior repercussão, pois parte dos militantes expulsos eram da direção regional do movimento no estado do Pará. Em assembleia, os assentados decidiram pelo desligamento dos membros acusados, que saíram do movimento, mas permaneceram no assentamento. Depois de alguns dias, outros integrantes se solidarizaram com eles e também saíram, esse caso ficou conhecido como o “racha”.

Os integrantes expulsos criam outra associação que passou a polarizar politicamente o assentamento, a partir de então, um clima de rivalidade entre as organizações estabeleceu-se, como mostram as falas dos assentados.

O “racha” aconteceu em 2005, tinha alguns projetos, o convênio da João Batista que era pra pagamento da assistência técnica, para o desenvolvimento do projeto de recuperação do assentamento, alguns recursos que agente começou a perceber que não estavam sendo implantados, então tava tendo algum desvio (entrevista concedida por M. em 2012).

depois houve uma divergência política, entre as lideranças, aí teve alguns seguidores, dos líderes, que formaram para ACAJOB uma outra associação (entrevista concedida por S. em 2012).

Com a fragmentação política e a expulsão de alguns membros da direção criou-se a ACAJOB em 2005, esta associação filiou-se a outra organização, a FETRAF (Federação dos trabalhadores da Agricultura Familiar). E, a partir de então as duas entidades iniciaram processos de disputa por poder no interior do assentamento. Nas falas dos assentados o registro das divergências entre os membros das associações:

não adianta dizer que eles (ACAJOB), vão fazer projeto. Porque aqui tá todo mundo com dívida. Mas tem gente com mente fraca que acredita nesse pessoal. Aí é difícil pra gente, né? (entrevista concedida pelo presidente da APROCJOB, em 2011).

na verdade, é um “cortando” o outro, quando tem conhecimento de algum projeto, pra cá, fica só pro seu grupo. É muita politicagem! E ninguém se ajuda (entrevista concedida por E, em 2011).

entrou esse outro movimento social no campo que foi a FETRAF, como federação ela não tem a mesma disposição do embate que tem o MST, como um movimento autônomo. Porque a federação sempre tá ligada a uma tendência a um partido, sempre tem que tá nesse projeto meio interno de governo. Embora que luta também, nessa questão da democratização da

Reforma Agrária, mas as suas ações não são tão radicais, suas propostas não atingem esse perfil. Então fica mais uma “política sindicato” (entrevista concedida por liderança da ACAJOB. em 2011).

O embate político, as trocas de acusações e as disputas entre APROCJOB e ACAJOB, geraram a insatisfação de parte dos assentados que formaram uma terceira entidade, a COOPAP, como destaca uma assentada dirigente desta última:

como a gente via que as duas associações ficavam se confrontando politicamente, e existia um grupo no meio desse confronto que não queria participar dessas discussões, de briga interna, acabou formando uma terceira, que é a Cooperativa (COOPAP), aonde futuramente poderia englobar as duas associações na cooperativa (entrevista concedida por C. em 2012).

Essa terceira entidade surgiu como iniciativa de alguns membros do MST, pois, como a direção estava fragilizada com a saída de alguns dirigentes, parte da coordenação do movimento decidiu fundar a COOPAP. A participação do MST nela não foi explicitamente declarada, alguns entrevistados relataram que “a direção não queria aparecer”, tal fato se justifica pela crise de representatividade que o movimento passou após o “racha” e a expulsão de alguns membros dirigentes. A Cooperativa foi a entidade que conseguiu agregar o maior número de participantes apesar de alguns questionamentos. A situação de disputa entre as entidades gerou a fragmentação do poder distribuído nas três organizações políticas, sendo duas ligadas ao MST (APROCJOB e COOPAP) e uma a FETRAF (ACAJOB), como mostra o quadro 01, que resume algumas informações sobre as entidades.

Quadro – 01: Síntese de informações sobre as entidades do Assentamento João Batista II

	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento João Batista II	Associação Comunitária do assentamento João Batista II	Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Comercialização e Industrialização do Nordeste do Pará
SIGLA	APROCJOB	ACAJOB	COOPAP
ANO DE CRIAÇÃO	2000	2005	2007
MOVIMENTO SOCIAL	MST	FETRAF	MST
NÚMERO DE ASSOCIADOS (1)	20	54	114

Fonte: Guilherme Junior, 2012.

Como já expusemos a organização social dos camponeses no Assentamento João Batista II, caracterizou-se pela fragmentação nas três entidades sendo duas sob a organização do MST, e uma ligada a FETRAF. Cabe citar algumas peculiaridades observadas nas entidades. A APROCJOB, como referimos anteriormente, foi a primeira entidade de representação dos assentados, e sempre esteve ligada ao MST, o “racha” político, seguido do endividamento dos membros desta associação provocou a significativa diminuição do número de associados, que era, no início do assentamento, 157; atualmente, algo em torno de vinte pessoas fazem parte desta entidade. Nos últimos anos esta associação tem assumido um caráter mais familiar, pois, com o desmembramento de alguns participantes, e a desarticulação política, provocada pelo “racha”, as dinâmicas de reuniões e decisões coletivas foram abandonadas. Nesse sentido, a associação perdeu seu espaço, como o grande fórum de intervenção do MST.

A ACAJOB possui membros com forte articulação política, no entanto, não tem conseguido implementar projetos, dada a situação de endividamento de seus membros que outrora eram da APROJOB, e saíram acreditando ser possível sanar suas dívidas. Ainda que o ambiente político atual seja de maior tolerância, as disputas entre as associações permanecem ocorrendo basicamente nas trocas de acusações e na busca isoladamente por projetos, direcionados aos membros, exclusivamente de cada entidade.

A terceira entidade, que já foi mencionada, nasceu de uma iniciativa de membros do MST. A COOPAP objetivava reunificar o assentamento em torno da esfera de influência do movimento, entretanto o “racha” provocou uma descrença praticamente generalizada nos assentados, fato que é notório nas reuniões que não atingem um grande número de pessoas. A fala de um assentado sobre a organização política no assentamento sintetiza a situação de fragmentação política da comunidade assentada: “hoje só tem reunião enquanto associação, não tem reunião enquanto assentamento, aí é um pra cá, outro lá”.

A fragmentação política no interior da organização do assentamento marca um de seus aspectos, pois, como destaca Marques (2008), as ambiguidades e contradições, que traduzem a difícil passagem do projeto de vida para a prática. Os conflitos protagonizados pelas associações e a cooperativa resulta, em um problema

de gestão e organização dos assentados, sendo, portanto, um dos elementos que condicionam a reprodução dos camponeses. De acordo com o técnico da EMATER, responsável por projetos no assentamento, a “desorganização política”, gerou dificuldades no processo de gestão dos recursos do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar), fato que explica que a maioria dos assentados esteja com dívidas ligadas a esse plano. A fragmentação política interfere, diretamente, no processo organizativo e de gestão. Nesse sentido, o papel de mediação das entidades fica enfraquecido, posto que, existe uma grande rivalidade e disputa por poder no interior do assentamento.

A reprodução socioespacial camponesa não possui somente a dimensão mais objetiva, que é de criar mecanismos que garantam a população trabalhando e vivendo no assentamento. A forma como os camponeses estão organizados, dimensiona as possibilidades de conquista e ampliação dos benefícios conseguidos. No ambiente social criado pelo projeto de assentamento, a necessidade de se organizar de forma que os interesses individuais possam se submeter as necessidades coletivas. Os camponeses do Assentamento João Batista II, necessitam criar uma forma de organização que aglutine a comunidade e fortaleça o espírito de cooperação entre seus membros. A crise de representatividade e a fragmentação política geraram a intensificação de conflitos e o esvaziamento das entidades que não conseguem superar suas diferenças e equacionar os problemas da comunidade. É necessário que os movimentos superem o olhar hierarquizante sobre os camponeses e fortaleçam fóruns de participação popular, respeitando as especificidades e individualidades da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reprodução camponesa se efetiva nos territórios dos assentamentos rurais, pelo uso que esses grupos sociais dão ao território. Os assentamentos são frações do espaço privilegiadas para se analisar o processo de reprodução camponesa. Nesta dissertação procurou-se enfocar a reprodução socioespacial camponesa no Assentamento João Batista II, localizado no nordeste paraense, sendo o primeiro organizado pelo MST nessa mesorregião. De acordo com a hipótese levantada, a reprodução sócioespacial está limitada por fatores ligados às atividades produtivas e à organização política dos camponeses.

O entendimento das atividades produtivas, enquanto elementos da reprodução do campesinato referiram-se às atividades realizadas pelas famílias ao longo do processo de estruturação do Assentamento João Batista II. Englobamos nessa variável a pobreza, o desgaste do solo, o endividamento dos assentados, a falta assistência técnica, a produção e a comercialização. A preocupação analítica não foi descrever os diversos produtos extraídos do trabalho na terra, mas verificar as condições e possibilidades desta prática produtiva pelos camponeses.

A permanência na terra está diretamente ligada à possibilidade de produzir gêneros alimentícios para manutenção das famílias e a comercialização do excedente. Os primeiros anos do assentamento foram marcados por restrições principalmente no que diz respeito à manutenção da segurança alimentar dos assentados. Nesse contexto, a reprodução sócioespacial ocorreu em padrões mínimos, sendo fortemente marcada pela dependência de cestas básicas distribuídas pelo INCRA e doações adquiridas pelos próprios camponeses. As dificuldades para se produzir, e permanecer na área, provocaram uma grande diminuição no número de participantes, já que das 830 que participaram da ocupação, somente 157 permaneceram assentadas.

As atividades produtivas foram condicionadas pela situação do solo, que além de podre, estava degradado, tendo em vista as ações antrópicas pretéritas realizadas no local, sobretudo pelos anos de pecuária extensiva. A produção, conseqüentemente, tem sido de baixa qualidade e com altos custos, fato que limita a reprodução dos camponeses na área do assentamento. Além a limitação natural do

solo, as práticas produtivas demandaram maior apoio técnico, uma vez que, a maioria dos assentados não possuía experiência no trabalho com a terra.

Os projetos desenvolvidos na área não tiveram êxito em razão das limitações técnicas e sociais dos assentados. A falta de conhecimento no trabalho com a pecuária bovina e com o açaí irrigado, somado a ineficiência na assistência técnica, foram fatores decisivos para que os projetos desenvolvidos a partir do financiamento do PRONAF, não tivessem durabilidade. Em razão dos problemas encontrados, o patrimônio adquirido, no sistema coletivo, foi vendido na tentativa de gerar rendimentos às famílias. Em decorrência da má administração dos recursos o endividamento entre os assentados se generalizou.

As estratégias produtivas no assentamento estiveram ligadas ao tipo de mão de obra e as culturas desenvolvidas nas propriedades. Utilizou-se majoritariamente mão de obra familiar no trabalho na terra, sendo que muitos assentados trouxeram familiares de fora para contribuir na produção. Outra estratégia foi policultura com a associação de produtos destinados ao consumo familiar, como feijão, milho e macaxeira e produtos destinados a comercialização (açaí, farinha). Os lotes não são homogêneos, existindo, no entanto, uma precariedade infraestrutural na maioria das propriedades.

O trabalho camponês sustenta a existência do núcleo familiar, fato que garante além da ocupação produtiva dos membros da família, a produção de alimentos para esse grupo doméstico. Mesmo que não exista a exploração do trabalho nos moldes do proletariado urbano, o campesinato tem sofrido com a pressão do avanço do capitalismo no campo, posto que, parte da renda gerada por essa atividade é apropriada pelo capitalista materializado na figura do “atravessador”. No processo de comercialização, este personagem tem se apresentado como um elemento, que limita a renda dos camponeses, já que a maior parte do lucro fica retida com os marreteiros, atravessadores que compram os produtos dos assentados do João Batista II, na cidade de Castanhal, além dos baixos preços praticados pelos atravessadores, a falta de infraestrutura no escoamento da produção tem sido outro problema.

Do ponto de vista da organização dos assentados, a divisão política tem se desdobrado na existência de três organizações sendo uma cooperativa e duas associações. O MST permanece influenciando diretamente duas entidades: a

APROCJOB e a COOPAP. Após a divisão política em 2005 e a expulsão de alguns dirigentes, uma terceira entidade foi criada ACAJOB, sobre influência da FETRAF.

A divisão política tem dificultado, especialmente, a atuação das organizações, haja vista que existe um esforço individual no que tange a aquisição dos projetos para a comunidade. O endividamento dos assentados se coloca como outra barreira a ser superada pelas entidades, já que a maioria dos camponeses não consegue quitar suas dívidas e adquirir novos financiamentos. A rivalidade entre as entidades também atinge a representatividade delas perante aos trabalhadores, fato que foi percebido pela pequena participação nas assembleias e reuniões.

Os camponeses do Assentamento João Batista II devem buscar novas formas de organização política de modo que possam se sentir representados e as suas ações proporcionem a viabilidade econômica e social da comunidade. A coesão social desta não pode ser imposta, desrespeitando as individualidades sociais e produtivas das famílias. Os movimentos sociais, principalmente a FETRAF e o MST devem superar as ações isoladas e hierarquizantes, pois estas restringem a participação dos camponeses nas decisões políticas sobre o assentamento. As políticas de reforma agrária devem ter um olhar mais cuidadoso para a realidade concreta dos assentamentos. Compreender como os camponeses têm se reproduzido socioespacialmente nos territórios dos assentamentos contribui para um olhar menos setorial e mais totalizante das políticas voltadas às populações no campo.

REFERÊNCIAS

ABE, Marlene Naoyo. **Mártires de abril: o MST semeando a utopia camponesa**. 2004. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Centro Agropecuário, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Belém.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª. ed. Campinas: HUCITEC, 1998

ANTUNES, R. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARAÚJO, Soraya Maria M. **Formas de organização da produção apoiadas pelo MST: Assentamento João Batista II, Castanhal, Pará**. Belém, 2005. (Dissertação).

BATISTA, Pedro C. **João Batista, mártir da luta pela reforma agrária**. 2ª edição 2008, Expressão Popular.

BEM, Anderson; Almeida, Rosimere Aparecida. **A reprodução camponesa na contra mão da formalidade do capital**. Campo-território: revista de geografia agrária, v. 6, n. 11, p. 113-130, fev., 2011.

BERGAMASCO, S. Maria; NORBER, Luis. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOUDON, Raymond *et al.* **Dicionário de Sociologia**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira. **Rumos, trechos e borrocas: trajetórias e identidades camponesas de assentamentos rurais no Sudeste do Pará**. 2006. 217 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal do Pará, Centro de Ciências Agrárias: Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2006. [Orientador: Gutenberg Armando Diniz Guerra]

CAMPOS, Índio. **Fronteira e campesinato no tropico úmido**. Revista NAEA. 1996.

CARDOSO, Antônio. **Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento João Batista II- Castanhal/PA**. Belém: INCRA/FADESP/UFGA, 2001.

CARTER, Miguel; CARVALHO, Horacio Martins de. **A luta na terra: frente de crescimento, inovação e desafio constante ao MST.** In.: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.* [tradução de Cristina Yamagami]. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CHAYANOV, V. A. Sobre **Teoria dos Sistemas Não Capitalistas.** In: SILVA, J. G. & STOLCKE, V. A. *Questão Agrária.* São Paulo, 1981. P. 133-163.

CHAYANOV, Alexander Vasilievich. **La organización de la unidad campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. Traduzido por Rosa María Rússovich.

COSTA, C. J. P. Fatores determinantes da inadimplência do crédito rural PRONAF em áreas de assentamento de Reforma Agrária no nordeste do estado do Pará. Fortaleza: UFC, 2007 (Dissertação de Mestrado).

DEITOS, Nestor. **A organização coletiva dos assentados.** In: Caderno de cooperativa Agrícola nº 5. São Paulo: MST/UNB/ITERPA, 2004.

DUARTE, M. Maria. **Cartografia social, laboral, espacial e cultural dos assentamentos rurais: migrações, trajetórias e identidades nos assentamentos rurais João Batista II, Cupiúba (Castanhal/Pará) e Sumaré I (São Paulo).** In: XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 2011. Bahia: Universidade Federal da Bahia.

FABRINI, J. E. **Território, Casse e Movimentos Sociais no Campo.** Revista da ANPEGE, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan./jul. 2011. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-.2.2/index.php/anpege08/article/view/126/RA7h>. Acesso em: 23. Dez. 2011. 13: 14: 45

_____, João E. **Os camponeses e suas diferentes práticas coletivas,** Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, ano 3, n. 4. p. 05-26, nov. 2006. ISBN: 1808-2653. Disponível em: http://www.cptl.ufms.br/revista-geo/n4_art_01.pdf. Acesso em: 22. 11.2011.20:13:09.

FERNANDES, B. Mançano. **Entrando nos territórios de território.** In: PAULINO, E. Tomas; FABRINI, J. Edmilson (Org). *Campesinato e territórios em disputa.* São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008. P. 273-301.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **20 anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula.** 2000. Departamento de Geografia da Unesp, 2006. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Produção%20NERA/20%20anos%20do%20mst%20e%20a%20perspectiva%20da%20reforma.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2010. 20: 13: 09

_____. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – 1979-1999.** São Paulo: Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

FERREIRA et al. **Formação de educadores e educadoras sociais para o esporte elazer em áreas de Reforma Agrária.** 2011. Disponível em: http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/XVII_CONBRACE/2011/paper/view/2818/1589. Acesso em: 23. 09. 2011. 20: 13: 08.

GARCIA JR, A. R.; **Trabalho da Terra:** trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização:** do fim dos territórios à multiterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HÉBETTE, Jean; Moreira, Edma Silva. **Situação social das áreas rurais Amazônicas.** In: Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. IV. 2004

HÉBETTE, Jean; Abelém Auriléia. **Assentamentos da reforma agrária na fronteira Amazônica.** In: Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. II. 2004.

LEFEBVRE, H. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCHI, M. M. E MARTINS, J. S. (Orgs). **Sociologia e Sociedade:** Leituras de introdução à sociologia. RJ: LTC editora, 1999 [1ª 1977], p. 219-252

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo. Expressão Popular, 2004.77p.

LIMA, Adriane Raquel Santana de. **Cartografia de saberes nas práticas educativas cotidianas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na Amazônia Paraense**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2007.

LOERA, N.R. **Para além da barraca de lona preta: Redes sociais e trocas em acampamentos e assentamentos do MST**. In FERNANDES, B.M; MEDEIROS, L.S. e PAULILO, M.(orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições dilemas e conquistas*. Vol. II. História Social do Campesinato, 73-94, 2009.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. 2.ed. Tradução de Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARX, Karl, Sociologia. Org. Octávio Ianni. São Paulo: Ática, 1992.

MACÊDO, Cátia Oliveira. **Diferenciação sócio-econômica e campesinato: o caso dos assentamentos Cristo Rei, Ubá e Rio Branco no Sudeste do Pará**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25062007-150251/>>. Acesso em: 11. Abr. 2011. 09: 20:10

MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Presidente Prudente: Revista NERA, Ano 11, nº. 12, pp. 57-67, Jan.-jun./2008

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

_____. **Sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária**. In: FELIX, M. (ed.). *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980-d. V. 22, p. 100-220.

_____. **Expropriação e violência.** São Paulo: Hucitec, 1980.

MENDONÇA, Y. V. S. **Assentamento rural: da propriedade privada à produção coletiva: o caso dos Pa'sCupiúba e João Batista II.** Rio de Janeiro, 2004. Dissertação de mestrado (mestrado em Planejamento Urbano e Regional)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MENEZES, A.J.E.A. de. **Análise econômica da “produção invisível” nos estabelecimentos agrícolas familiares no Projeto de Assentamento Agro extrativista Praialta e Piranha, município de Nova Ipixuna, Pará.** 2002. 130 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará.

MINAYO, M. C. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1996.

MONTEIRO, Dion Márcio Carvaló. **Estudo sobre a organização da produção em área de assentamento no sudeste do Pará.** 2004, 114f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Belém: NAEA/UFPA, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.** 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições.** São Paulo: mimeografado, 1992.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Territórios em disputa e agricultura.** In: Campesinato territórios em disputa. Ed. Expressão Popular. 1ª Ed. São Paulo. 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. O sitiante brasileiro e o problema do campesinato. In: _____. **O campesinato Brasileiro.** Vozes, R.J., 1976, cap. 1: 7-32 (25p.)

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo. 1980.

SANTOS, Milton. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 11ª Ed. Rio de Janeiro. Record, 2007.

_____: **O Dinheiro e o território** – em “Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª Ed. Rio de Janeiro. Lamparina. 2007.

SANTOS, M, F. **A materialidade de uma formação contínua para educadores sem terra num assentamento**. 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0187.pdf>. Acesso em: 29. 12. 2011. 09: 10: 13

SAQUET, M. Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão popular, 2010, PP. 120-138.

SAUER, Sérgio. **O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. In: FRANÇA, Caio Galvão de; SPAROVEK, Gerd (Org). Assentamentos em debate. Brasília: NEAD, 2005. p. 58 – 74.

SCOPINHO, R. A. **Processos organizativos de assentamentos rurais: trabalho, condições de vida e subjetividades**. 1ª. Ed. São Paulo: FAPESP, 2012.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

_____: Lições Camponesas. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-48.

STÉDILE, João Pedro. **O MST e a questão agrária: entrevista com João Pedro Stédile**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 13, p. 73. 1997.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **A organização territorial de assentamentos rurais para atender a legislação ambiental na Amazônia.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.3, n. 6, p. 143-155, ago. 2008.

THOMAZ JÚNIOR, A. **O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil.** Revista de Geografia, Dourados, ano 9, n.17, jan. jun., 2003a.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **XX Encontro da ANPOCS.** GT 17. Processos sociais agrários. Caxambú, MG. Outubro, 1996, 21p.

WELCH et al. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas.** São Paulo, Edusp; Brasília, NEAD, 2009.

WOLF, Eric R. *Sociedades Camponesas.* 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. **Os Desafios da Organização interna de um Assentamento Rural.** In: MEDEIROS, L. S. et al. (org.) *Assentamentos Rurais: Uma visão Multidisciplinar.* São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1994.

APÊNDICE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MESTRANDO: JOSÉ ANTÔNIO GUILHERME JUNIOR
ORIENTADOR: DR. JOÃO SANTOS NAHUM

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS ASSENTADOS DO JOÃO BATISTA II.

1. Fale um pouco sobre sua história. Como foi pra chegar ao assentamento João Batista?
2. Onde você morava antes vir para o Assentamento João Batista?
3. Em que trabalhava?
4. Já havia trabalhado com a terra (agricultura ou pecuária) antes?
5. Você está desde o início do assentamento?
6. Como foi o convite para participar da ocupação? Quem fez?
7. Depois da ocupação como as famílias foram organizadas? Como eram os núcleos?
8. Como era a produção?
9. O que se produzia? Havia comercialização? Onde e com que se comercializava?
10. Como estava organizada a produção nos primeiros anos (no período de acampamento)?
11. O que você acha da produção coletiva adotada inicialmente no assentamento? O que mudou da produção coletiva para a produção individualizada?
12. Atualmente, quais os principais produtos da sua propriedade?

13. Quem trabalha com você na propriedade?
14. Você consegue vender o ano todo? Se não, o que faz para sustentar sua família no período que não está produzindo?
15. Quais as dificuldades enfrentadas na sua propriedade?
16. Recebeu algum financiamento?
17. Você tem alguma renda fora a do trabalho na propriedade?
18. Você cria animais (boi, cabra)?
19. Participa de alguma cooperativa ou associação? Qual?
20. Como a cooperativa/associação tem atuado no assentamento?
21. As associações promovem reuniões? Onde ocorre?
22. Quais assuntos são debatidos nas reuniões?
23. Existe dialogo entre as duas associações e a cooperativa?
24. (Em termos de organização política como está o assentamento João Batista II?)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**MESTRANDO: JOSÉ ANTÔNIO GUILHERME JUNIOR
ORIENTADOR: DR. JOÃO SANTOS NAHUM**

**ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM O TÉCNICO DA EMATER/ SECÇÃO
CASTANHAL**

Roteiro para entrevista com o técnico da EMATER

1. Na sua opinião, quais as principais dificuldades encontradas para que o trabalhador permaneça na área do assentamento?
2. Qual a situação da produção no assentamento?
3. Qual a situação da comercialização?
4. E o crédito?
5. Como é a terra do assentamento?
6. Existe alguma cultura comum aos assentamentos da região?

ANEXO

**MONUMENTO EM HOMENAGEM A IRMÃ DOROTHY. PRAÇA CENTRAL DO
ASSENTAMENTO**



Fonte: Guilherme Junior, janeiro de 2012.

**MONUMENTO EM HOMENAGEM A ERNESTO CHE GUEVARA. PRAÇA
CENTRAL DO ASSENTAMENTO**



Fonte: Guilherme Junior, janeiro de 2012.

POSTO MÉDICO DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II



Fonte: Guilherme Junior, janeiro de 2012.

ÔNIBUS ESTACIONADO NO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II



Fonte: Guilherme Junior, janeiro de 2012.

CAIXA DE ÁGUA DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II



Fonte: Guilherme Junior, janeiro de 2012.

BANDEIRA DA COOPAP



Fonte: Guilherme Junior, janeiro de 2011.

HORTA ESCOLAR



Fonte: Guilherme Junior, janeiro de 2012.

RÁDIO CAMPONESA, DESATIVADA EM 2011



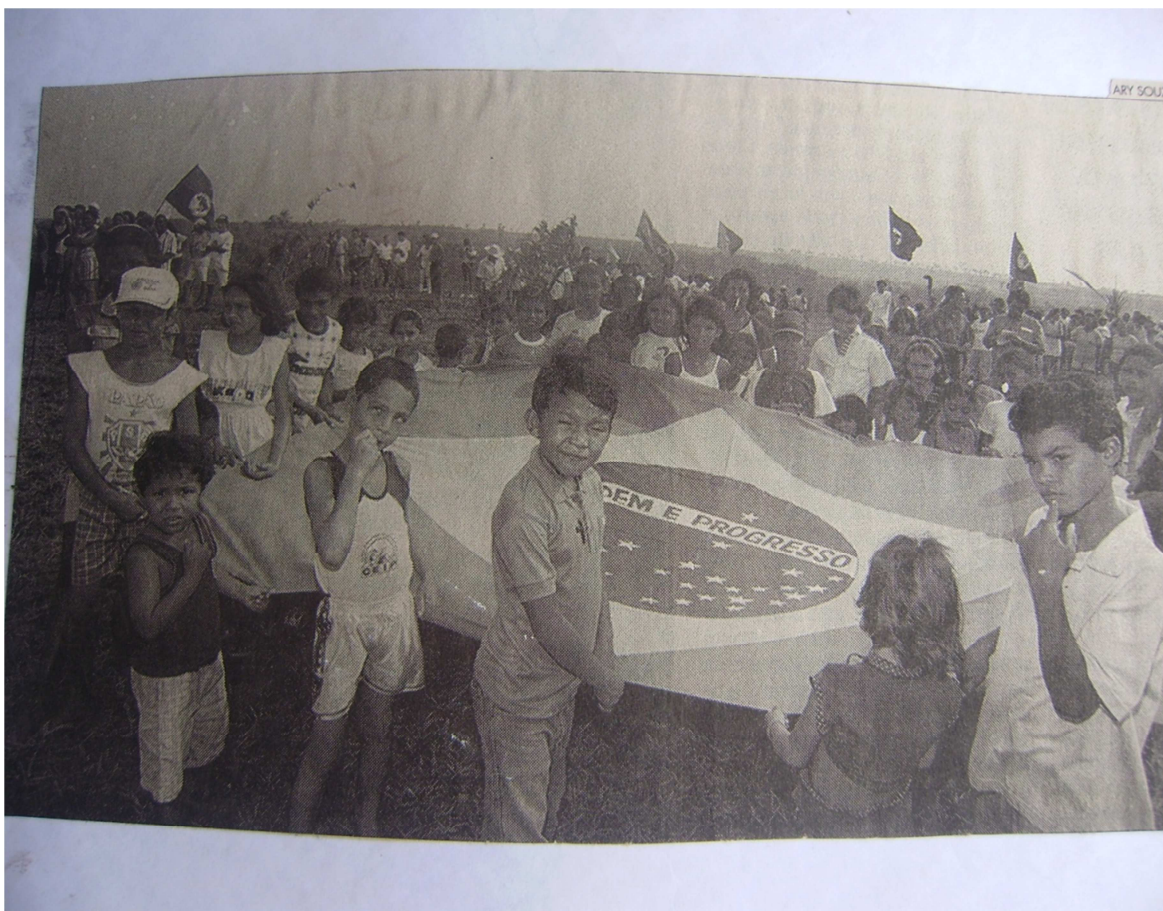
Fonte: Guilherme Junior, janeiro de 2012.

ESCOLA ROBERTO REMIGE – ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II



Fonte: Guilherme Junior, janeiro de 2012.

SEM TERRINHA. ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA



Fonte: Jornal liberal, abril de 1998.